



UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo

Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Nathalia de Oliva Silva

PERSPECTIVAS FEMININAS E FEMINISTAS:

**A construção de comuns urbanos nos movimentos de
moradia na Zona Leste de São Paulo**

SÃO PAULO

2023

Nathalia de Oliva Silva

PERSPECTIVAS FEMININAS E FEMINISTAS:

**A construção de comuns urbanos nos movimentos de
moradia na Zona Leste de São Paulo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo, Curso de Mestrado, da Universidade São Judas Tadeu como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Profa. Dra. Eneida de Almeida.

SÃO PAULO

2023

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Universidade São Judas Tadeu**

Bibliotecária: Marieta Rodrigues Brecht - CRB 8/103/84

S586p

Silva, Nathalia de Oliva

Perspectivas Femininas e Feministas: A construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na Zona Leste de São Paulo. / Nathália de Oliva Silva. - São Paulo, 2023.

f. 98: il.; 30 cm.

Orientador: Eneida de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade São Judas, São Paulo, 2023.

1. Cidadania. 2. Comuns Urbanos. 3. Autogestão. 4. Feminismo Interseccional. I. Almeida, Eneida. II. Universidade São Judas Tadeu, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22 – 720

Ficha de aprovação - edição revisada

Eu, Prof(a). Dr(a). Eneida de Almeida, orientador do trabalho realizado por Nathalia de Oliva Silva, declaro que a edição revisada desta dissertação cumpre os requisitos exigidos pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo.



Prof(a). Dr(a). Eneida de Almeida

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

À CAPES pelo apoio na realização do trabalho por meio da concessão de bolsa na modalidade TAXA;

À Profa. Eneida de Almeida por todo aprendizado, incentivo, paciência e interlocução que se estende desde a graduação;

À Profa. Renata Ferraz de Toledo pelo conhecimento compartilhado durante a disciplina cursada, assim como o desvelo demonstrado com a pesquisa;

À Profa. Beatriz Bezerra Tone pela contribuição, abertura ao diálogo e solicitude em auxiliar diretamente no trabalho;

À Profa. Maria Carolina Maziviero pela receptividade no grupo de pesquisa, e também no curso de extensão que agregou de maneira tão significativa para este trabalho.

As caras Cris, Diana, Dora, Rose e Mariza pela disponibilidade, acolhida e por dividirem sua história. O trabalho feito por vocês e tantas outras mulheres é inspirador e emocionante.

RESUMO

No âmbito da luta por direito à cidade e à moradia, há o reconhecimento do papel central e organizativo desempenhado por mulheres, decorrente, principalmente, da necessidade de sobrevivência imposta pela estrutura social. O objetivo deste trabalho foi compreender a atuação dessas mulheres nos movimentos de luta por moradia enquanto sujeitos de resistência às diversas opressões a que são submetidas, a fim de reconhecer e evidenciar sua contribuição na construção de *comuns urbanos* enquanto processos contra-hegemônicos de produção da cidade. Nesse sentido, iniciativas coletivas foram investigadas com o intuito de incentivar a reflexão acerca de novos modos de planejamento da cidade, apoiados na autogestão, bem como a construção de narrativas autorreflexivas situadas num campo de disputas, em determinado contexto histórico político, as quais possibilitam diálogos que colaboram para o alargamento da emancipação feminina na luta pelo direito à cidade. Buscando um olhar aproximado sobre o tema, direcionou-se o enfoque para a Zona Leste de São Paulo – cujo papel nesse cenário é simbólico – visando a abordagem acerca de ações femininas e feministas vinculadas a movimentos de luta por moradia e o estudo de caso do “Mutirão Paulo Freire”, em que a presença feminina foi fundamental para o processo de autogestão. Os procedimentos metodológicos exploram leituras de autores do campo urbanístico interseccionados com estudos sobre comuns urbanos, gênero, raça e classe sob uma perspectiva feminista. Em concomitância com a revisão bibliográfica de fundamentação teórica, de documentação da gestão pública e da participação popular nos processos de produção de moradia popular nesse recorte geográfico selecionado, foram realizadas entrevistas com mulheres engajadas em mobilizações. Dentre os instrumentos de natureza participativa foram adotadas adaptações dos instrumentos “*photovoice*” e “grupo focal”, como forma de reconhecer (e mapear) discursos e representações que possam favorecer a compreensão de múltiplas cidades e diferentes formas de experienciá-las e apreendê-las, a partir do conceito de lugar de fala atrelado à noção de emancipação cidadã, por meio da pedagogia da *práxis* freiriana. Os resultados vão na direção de acessar um horizonte de possibilidades em ações propositivas, autogeridas, que buscam novas formas de produzir arquitetura e cidade, em concomitância com novas formas de cooperação e sociabilidade a partir das experiências apreendidas. Dessa forma, os saberes alcançados em ações como a do Mutirão Paulo Freire colaboram para a construção de modelos alternativos e com potencial transformador que vão de encontro às discriminações acometidas e colaboram com a construção de comuns urbanos, por meio de sua capacidade de mobilizar redes de colaboração social.

Palavras-chave: Cidadania; Comuns Urbanos; Autogestão; Feminismo Interseccional

ABSTRACT

In the struggle for the right to the city and to housing, there is recognition of the central organizational role played by women, mainly due to the need for survival imposed by the social structure. The aim of this study was to understand the role of these women in housing struggle movements as subjects of resistance to the various oppressions to which they are subjected, in order to recognize and highlight their contribution to the construction of urban commons as counter-hegemonic processes of city production. In this sense, collective initiatives were investigated with the aim of encouraging reflection on new ways of planning the city, based on self-management, as well as the construction of self-reflexive narratives situated in a field of disputes, in a certain political historical context, which enable dialogues that contribute to the broadening of women's emancipation in the struggle for the right to the city. Seeking a closer look at the subject, the focus was on the East Zone of São Paulo - whose role in this scenario is symbolic - with a view to approaching women's and feminist actions linked to housing struggle movements and the case study of "Mutirão Paulo Freire", in which the presence of women was fundamental to the process of self-management. The methodological procedures explore readings by authors from the field of urban planning intersected with studies on urban commons, gender, race and class from a feminist perspective. At the same time as the bibliographical review of theoretical foundations, documentation of public management and popular participation in the processes of producing popular housing in this selected geographical area, interviews were carried out with women involved in mobilizations. Among the participatory instruments, adaptations of the "photovoice" and "focus group" instruments were adopted, as a way of recognizing (and mapping) discourses and representations that could favour an understanding of multiple cities and different ways of experiencing and apprehending them, based on the concept of place of speech linked to the notion of citizen emancipation, through the Freirean pedagogy of praxis. The results go in the direction of accessing a horizon of possibilities in propositional, self-managed actions that seek new ways of producing architecture and the city, in concomitance with new forms of cooperation and sociability based on the experiences learned. In this way, the knowledge gained in actions such as Mutirão Paulo Freire contributes to the construction of alternative models with transformative potential that go against the discrimination suffered and collaborate with the construction of urban commons, through their ability to mobilize networks of social collaboration.

Keywords: Citizenship; Urban Commons; Self-management; Intersectional Feminism

RESUMEN

En la lucha por el derecho a la ciudad y a la vivienda, se ha reconocido el papel organizativo central desempeñado por las mujeres, debido principalmente a la necesidad de supervivencia impuesta por la estructura social. El objetivo de este estudio fue comprender el papel de estas mujeres en los movimientos de lucha por la vivienda como sujetos de resistencia a las diversas opresiones a las que están sometidas, con el fin de reconocer y destacar su contribución a la construcción de los bienes comunes urbanos como procesos contrahegemónicos de producción de la ciudad. En este sentido, se investigaron iniciativas colectivas con el objetivo de incentivar la reflexión sobre nuevas formas de planificación de la ciudad, basadas en la autogestión, así como la construcción de narrativas autorreflexivas situadas en un campo de disputas, en un determinado contexto histórico y político, que posibiliten diálogos que contribuyan a la ampliación de la emancipación de las mujeres en la lucha por el derecho a la ciudad. Buscando un acercamiento al tema, el foco fue la Zona Este de São Paulo - cuyo papel en este escenario es simbólico - con vistas a aproximarse a las acciones de mujeres y feministas vinculadas a los movimientos de lucha por la vivienda y al estudio de caso del "Mutirão Paulo Freire", en el que la presencia de las mujeres fue fundamental para el proceso de autogestión. Los procedimientos metodológicos exploran lecturas de autoras del campo del urbanismo cruzadas con estudios sobre bienes comunes urbanos, género, raza y clase desde una perspectiva feminista. Paralelamente a la revisión bibliográfica de fundamentos teóricos, documentación sobre gestión pública y participación popular en procesos de producción de vivienda popular en esta área geográfica seleccionada, se realizaron entrevistas a mujeres involucradas en movilizaciones. Entre los instrumentos participativos, se adoptaron adaptaciones de los instrumentos "photovoice" y "focus group", como forma de reconocer (y mapear) discursos y representaciones que pudieran favorecer la comprensión de múltiples ciudades y diferentes formas de experimentarlas y aprehenderlas, a partir del concepto de lugar de la palabra vinculado a la noción de emancipación ciudadana, a través de la pedagogía freireana de la praxis. Los resultados van en la dirección de acceder a un horizonte de posibilidades en acciones propositivas y autogestionadas que buscan nuevas formas de producir arquitectura y ciudad, en concomitancia con nuevas formas de cooperación y sociabilidad a partir de las experiencias aprendidas. De esta forma, los conocimientos adquiridos en acciones como Mutirão Paulo Freire contribuyen a la construcción de modelos alternativos con potencial transformador que van en contra de la discriminación sufrida y colaboran con la construcción del procomún urbano, a través de su capacidad de movilizar redes de colaboración social.

Palabras clave: Ciudadanía; Bienes comunes urbanos; Autogestión; Feminismo interseccional

SUMÁRIO

Introdução	11
1 A autogestão enquanto perspectiva de emancipação	16
1.1 O direito à cidade e os <i>comuns urbanos</i>	16
1.2 Perspectivas femininas e feministas: uma abordagem interseccional	27
1.3 Os movimentos sociais organizados.....	33
1.4 O surgimento da autogestão enquanto alternativa habitacional	41
2 A experiência do Mutirão Paulo Freire.....	48
2.1 O surgimento do Programa de Mutirões na Prefeitura de São Paulo	49
2.2 Fundação da Associação Paulo Freire	51
2.3 O processo projetual e a experiência autogestionária.....	54
2.4 Duas décadas de luta: a Associação hoje	60
3 Protagonismo feminino e feminista no território.....	67
3.1 Organizações e experiências.....	67
3.2 A cidade sob o horizonte do habitar	71
3.3 Possibilidades de construção de uma agenda territorial feminista	80
Considerações finais	82
Referências bibliográficas.....	84
Anexos e Apêndices	89
<i>Apêndice A: Roteiros para entrevista semiestruturada.....</i>	<i>89</i>
<i>Apêndice B: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)</i>	<i>93</i>

Introdução

A vida urbana potencializa encontros e convergências de ideias na mesma proporção em que fomenta seus conflitos. A cidade concentra uma acumulação de conhecimentos e criações, representa o máximo esforço humano e sua capacidade criadora na modificação da paisagem e da natureza, essas características a elevam a uma categoria de obra. A cidade e os núcleos urbanos nunca deixam de existir, absorvem as mutações decorrentes do curso histórico, embora nem sempre de forma ilesa. As mudanças impostas pelo capitalismo industrial e, posteriormente, financeiro sugerem a apropriação do espaço urbano enquanto mercadoria e evidenciam (e agravam) conflitos já existentes (LEFEBVRE, 1969). A problemática do acesso à terra, à habitação e ao direito à cidade permeiam diversas outras questões ligadas ao âmbito da vida social, como questões de classe, raça e gênero, por exemplo. Tendo em vista o quadro mais amplo da política de habitação brasileira e as decorrentes disputas geradas pela desigualdade de acessos, há o reconhecimento do papel central e organizativo desempenhado por mulheres na luta por direito à cidade e à moradia. Essa atuação não se dá exclusivamente por uma motivação ideológica ou política, mas, na maior parte dos casos, por uma necessidade inerente ao modo de vida imposto pela sociedade capitalista e patriarcal.

O objetivo deste trabalho é compreender a atuação dessas mulheres nos movimentos de luta por moradia, enquanto sujeitos “insurgentes”¹ no contexto de organização dos papéis impostos pelo sistema capitalista e patriarcal, assegurados pelo planejamento urbano tradicional, a fim de reconhecer e mapear sua contribuição na construção de *comuns urbanos* entendidos como processos contra-hegemônicos de produção da cidade. Buscando um olhar aproximado sobre o tema, procurou-se direcionar o enfoque para a Zona Leste de São Paulo – cujo papel nesse cenário é simbólico – visando a atuação

¹ O termo remete à definição de Holston (1996) de “cidadania insurgente” como possibilidade do contexto contemporâneo em que estão sendo debatidos os antídotos do planejamento modernista justamente na constituição de uma cidadania insurgente, em contraposição à conjuntura prescrita pelo planejamento modernista (entendido nesta passagem como “planejamento tradicional”), em que se pretende construir um plano sem contradições. Como se a dominação racional do futuro tivesse o condão de “dissolver quaisquer conflitos entre a sociedade imaginada e a existente na coerência imposta de sua ordem” (HOLSTON, 1996, p. 243).

feminina nos movimentos de luta por moradia, tendo como principal estudo de caso o “Mutirão Paulo Freire”, em que a presença feminina foi fundamental para o processo de autogestão e reverberou iniciativas potentes na construção de uma agenda feminista no território.

O processo de construção das ideias aqui colocadas parte do interesse pelo estudo do urbano sob o recorte de gênero. A motivação deste trabalho é feminista, parte de uma ótica restrita a uma determinada esfera social, mas que visa compreender a inserção de mulheres, com suas diversas subjetividades, nos movimentos de luta social. Entende-se, portanto, que a motivação feminista não é universal. Por essa razão, seria impossível iniciar essa discussão sob um ponto de vista pessoal e limitado. É dessa forma, portanto, que a abordagem interseccional se faz urgente, em vista da construção de uma compreensão alargada. O título do trabalho evidencia essa preocupação: trata-se de um estudo acerca de perspectivas femininas, antes de tudo. O feminismo, na maior parte dos casos, surge como consequência da conscientização e não é possível que seja o contrário. Definir-se enquanto feminista pressupõe assimilar as mazelas as quais são (somos) acometidas diariamente, trata-se de uma desalienação.

A participação no grupo de pesquisa “CUAL – Comum Urbano” abriu um novo horizonte de estudo que permitiu encarar o conceito dos *comuns urbanos* como uma alternativa viável ao binômio Estado e mercado, buscando em práticas insurgentes, coletivas e, normalmente à margem do poder público, novas formas de atuação na produção do espaço, em oposição aos processos hegemônicos.

A fundamentação teórica acerca do direito à cidade surge, então, como ponto de partida para a compreensão dos papéis individuais e coletivos em ações autogeridas no território. A abordagem de Tonucci (2020) foi fundamental, sob esse aspecto, ao alavancar a interlocução do conceito cunhado por Henri Lefebvre (1979) com a perspectiva dos *comuns urbanos*, explorando o ponto de vista de Lefebvre a respeito da vida cotidiana e do papel do sujeito, por meio da autogestão, na construção de novas formas de produzir a cidade. A reflexão de Silvia Federici (2014), em paralelo, contribuiu para a apreensão de um *comum urbano* feminista, revelando questões inerentes aos papéis a que foram submetidas as mulheres no decorrer da história, e de que maneira seria possível desconstruí-los.

A experiência obtida no decorrer do curso de extensão “Autogestão e movimento social: o papel das mulheres nas lutas populares pelo direito à moradia”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Carolina Maziviero (DAU UFPR), foi fundamental para reforçar a importância de uma abordagem interseccional que, como já mencionado, é ponto de partida e interlocução entre todos os aspectos deste trabalho. Correlacionado a essa abordagem, o conceito de “lugar de fala”, abordado por Ribeiro (2020), permite identificar a importância de um olhar específico por parte das mulheres enquanto sujeitos integrantes dos movimentos de luta por moradia.

Nessa direção, o interesse pelo estudo interseccional aproximado, não se restringiu à fundamentação teórica, mas sim indicou um caminho de diálogo e pesquisa conjunta com mulheres que conduziram essa discussão. A opção pela pesquisa de campo foi concomitante com a estruturação do projeto de pesquisa, mas pôde ser aprimorada durante a disciplina ministrada pela Profa. Dra. Renata Ferraz de Toledo. A escolha dos instrumentos apropriados para uma pesquisa participativa, consolidaram o propósito de elaborar um trabalho que permitisse a interlocução de diversos “lugares de fala”, com a intenção de formular uma agenda conjunta de ações propositivas rumo a um processo contínuo de emancipação das participantes.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em três capítulos, com suas respectivas subdivisões. O primeiro capítulo procura estabelecer uma fundamentação teórica que relaciona o direito à cidade com a questão dos *comuns urbanos*, bem como a necessidade de uma abordagem interseccional. Partindo da exploração do debate de Lefebvre (1979) sobre as mudanças na produção do espaço desde a industrialização, estende-se a discussão para o processo de urbanização no Brasil, em específico ao caso de São Paulo, partindo do entendimento de que se trata de uma produção desigual do espaço, ainda mais acirrada se observada sob a ótica de gênero e de raça. Em paralelo à essa retomada histórica, há o reconhecimento de uma ascensão dos movimentos de luta por direito à moradia, tendo como “virada de chave” os anos 1980 no que diz respeito à sua organização política. A autogestão surge, então, como uma das bandeiras fundamentais na articulação desses movimentos.

O segundo capítulo se atém, de maneira mais direta, ao estudo de caso do Mutirão Paulo Freire, com base em um levantamento bibliográfico e de outros materiais, bem como nas entrevistas realizadas com mulheres que fizeram parte de todo o processo. A estrutura

desse capítulo segue uma lógica cronológica de contextualização política, com a intercalação de relatos das entrevistadas colhidos tanto nas entrevistas quanto na oficina de *photovoice*. A última parte do capítulo trata especificamente do cenário atual e discute as reverberações decorrentes da experiência acumulada nesse caso.

Por fim, no terceiro capítulo, dividido em três partes objetiva-se demonstrar como o conceito de *comuns urbanos* se dá na prática e propõe uma reflexão acerca de novas maneiras de se pensar a produção do espaço sob um viés feminista, interseccional e anticapitalista. A primeira parte se dedica a ilustrar algumas outras ações femininas e feministas no território, tendo em vista o fazer-comum presente em cada uma delas. A segunda parte reúne a maior parte das fotografias selecionadas pelas mulheres entrevistadas, bem como seus respectivos relatos, tecendo uma narrativa que abre espaço para o **lugar de fala** sobre o cotidiano daquelas que dedicam grande parte de suas vidas à luta. A última parte, intitulada “Possibilidades de construção de uma agenda territorial feminista” não tem a pretensão de se impor enquanto uma conclusão encerrada sobre tudo que fora anteriormente discutido. Por outro lado, coloca-se como uma proposição de reflexão sobre a produção de moradia que possa perdurar e ser continuada em conjunto com discussões postas na atualidade ao redor desse tema central, visto que as questões sociais imbricadas nesse contexto não estão solucionadas.

Este trabalho teve um projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética, uma vez que os processos metodológicos previstos envolviam indivíduos ou coletividades, incluindo o manejo de informações e materiais associados à pesquisa. Algumas mudanças nos processos foram necessárias, em decorrência da exigência de conciliação de agenda e disponibilidade das entrevistadas, somadas à impossibilidade de contato com outros grupos de interesse.

As entrevistas realizadas seguiram o método semiestruturado, ou seja, embora houvesse um roteiro de perguntas, optou-se pela escuta das entrevistadas de forma mais livre. Além disso, houve a adaptação do instrumento do grupo focal – que, metodologicamente, pressupõe uma quantidade de encontros que levem à saturação das possibilidades de resposta. No caso deste trabalho só foi possível realizar um único encontro, no qual os relatos obtidos foram utilizados na construção do texto, relacionados com fontes de outras naturezas. O método do *photovoice* foi adaptado ao grupo específico selecionado. Ao ser definido, em conjunto, o tema “dia a dia no movimento: o que te move a continuar?”, as

participantes optaram por recolher fotografias já existentes de momentos que consideram simbólicos e marcantes em sua trajetória de luta, especialmente envolvendo a Paulo Freire.

A intenção deste trabalho é abrir um espaço para a discussão acerca do direito à cidade e da autogestão sob uma perspectiva feminista, a partir da mediação de um diálogo entre mulheres que, por meio da pedagogia da práxis freiriana, conseguem identificar seu papel na luta por seus direitos e findam uma estrutura de submissão a partir da autorreflexão e autodefinição e o meio acadêmico. Dessa forma, a reflexão conjunta possibilita atingir vias de mudança e apresentar novos lugares de fala tanto no ambiente urbano em que vivem as pessoas com quem se estabeleceu interlocução, quanto no meio científico, visto que dentro da estrutura social ainda persistem fortes traços elitistas e excludentes que se refletem nos ambientes de ensino e pesquisa.

1 A autogestão enquanto perspectiva de emancipação

1.1 O direito à cidade e os *comuns urbanos*

Henri Lefebvre (1969) assinala que a urbanização não é um resultado direto da industrialização. As cidades preexistem a esse processo e possuem grande importância na dinâmica social antes mesmo do seu início. Isso não significa, entretanto, que o processo de industrialização não provoque transformações no sistema urbano. Lefebvre desenvolve uma análise da “problemática urbana” a partir da ótica filosófica, discutindo de que maneira a industrialização e a produção do espaço capitalista alteraram o modo de vida urbano e quais as implicações dessas mudanças. Ao apoiar-se no entendimento da própria cidade enquanto uma obra, Lefebvre (1969) aponta para o contraste existente entre essa percepção que prioriza a dimensão da vida urbana e o seu o valor de uso, em relação à orientação da sociedade “na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos” (LEFEBVRE, 1969, p.10), que privilegia o seu valor de troca.

As cidades representam, de acordo com Gregotti (1975), o máximo esforço humano de transformação da paisagem e do estado da natureza. Para Lefebvre (1969), a cidade é considerada obra especialmente por ser o centro de concentração da vida social e política, lugar de acumulação de conhecimentos e criação. A capacidade de criação é, nesse sentido, aspecto fundamental para a compreensão da vida urbana nas cidades, como defendido por Lefebvre (1969). O processo de industrialização, no entanto, substituiu a produção de obras pela produção de produtos, o que refletiu nas relações sociais ligadas a elas. Ao aproximar a reflexão de Lefebvre à fenomenologia Heideggeriana, é possível estabelecer um paralelo entre o que Heidegger considera como a origem da arquitetura: “o gesto de fincar a primeira pedra no chão, um ato de reconhecimento de um lugar” (NESBITT, 2006, p.371) e a noção de festa de Lefebvre (1969). A Festa, segundo ele, é o principal uso da cidade pois reflete o consumo de riquezas “improdutivo”, como definido por ele, ou seja, “sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio”

(LEFEBVRE, 1969, p.11). A festa pode ser considerada, portanto, a origem da urbanidade, do reconhecimento de lugar na cidade, a ação humana na apropriação dos espaços e das obras.

A vida urbana comunitária, na qual os conflitos entre classes sempre foram reforçados pelo que Lefebvre (1969) define como o “sentimento de pertencer”, nunca deixou de existir nos sistemas urbanos anteriores ao capitalismo industrial, nem mesmo naqueles opressores:

Sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras. Em seguida, a produção de produtos substituiu a produção de obras e de relações sociais ligadas a essas obras, notadamente na Cidade. Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. (LEFEBVRE, 1969, p.12)

Os confrontos tomam a cidade enquanto arena. Segundo Lefebvre (1969), os detentores de riqueza, ao se sentirem ameaçados, demonstram seu poder por meio do gasto improdutivo na construção de edifícios, fundações, festas, etc. É nesse sentido, portanto, que a criação de obras se dá em sociedades opressoras. Embora a motivação seja fundada em reforçar o poder e a riqueza, a cidade permanece como centro da vida urbana por meio da produção de obras e de seu uso. O sentido amplo de produção, associado por Lefebvre (2006) à acepção de Marx e Engels, diz respeito à capacidade produtiva inerente ao homem, enquanto ser social e agente produtor de sua vida, história, a partir de uma consciência de si, e de seu lugar no mundo. O conceito de produção, em seu sentido circunscrito, no entanto, diz respeito exclusivamente às coisas – ou produtos – conceito aproximado à ótica economicista. A obra possui um caráter único, é insubstituível, ao contrário do produto, que é resultante de gestos e atos repetitivos que permitem sua reprodução (LEFEBVRE, 2006). Não se pode excluir, no entanto, o sentido de valor inerente a essas obras. Seguindo o ponto de vista de Vittorio Gregotti (1985), a essência física da história é o ambiente construído e suas diversas modificações, as transformações de tempo em coisas visíveis dotadas de significado. De acordo com o autor, “o ambiente compõe-se dos vestígios de sua própria história” (1985, in NESBITT, 2006, p.373). Portanto, sob uma perspectiva semiológica, uma vez que o significante atribuído a elas é opressor, essas obras, embora não vistas ainda como produtos, comunicam e revelam essa essência. O habitar, portanto, assim como na reflexão Heideggeriana, é um aspecto fundamental da urbanidade descrita por Lefebvre (1969) e essencial para a compreensão do sentido de direito à cidade abarcado por ele, ligado ao habitar na cidade, evidenciando

o valor de uso de todas as obras produzidas. Esse valor de uso pode tornar-se ainda mais importante, portanto, se encarado enquanto uma resignificação das obras, ou uma definição do papel histórico do sujeito em meio ao seu contexto, em combate às opressões. A crítica levantada por Lefebvre (1969) ao processo de industrialização insere-se exatamente na ruptura dessas relações e estruturas preexistentes.

A passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial pressupõe mudanças radicais e, dentre elas, o rompimento de antigos núcleos das cidades preexistentes, se apoderando deles como fontes de subsistência para manutenção do mercado. Ao subordinar a cidade e a realidade urbana ao valor de troca e a “generalização da mercadoria”, o capitalismo rompeu com as dinâmicas sociais anteriores. No entanto, esse processo “não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão de obra disponível)” (LEFEBVRE, 1969, p.14). O que Lefebvre (1969) considera como “o assalto da cidade pela industrialização”, é a desfiguração dos núcleos urbanos em prol do desenvolvimento e da produção de consumo. É nesse sentido que o embate entre os conceitos de “habitat” e “habitar”, de acordo com Lefebvre (1969), mostra-se oportuno para a discussão acerca da produção do espaço nas cidades brasileiras, especialmente em São Paulo, no que diz respeito às desigualdades em seus mais variados desencadeamentos.

O “habitat”, conceituado por Lefebvre (1969), opõe-se ao “habitar”. O habitat, enquanto uma concepção de classe hierarquizada, tem como cerne “suburbanizar” o proletariado, concedendo a ele uma vida cotidiana repetitiva, uma ascensão à propriedade que, por consequência, resulta numa alienação urbana:

Com a “suburbanização” principia um processo que descentraliza a Cidade. Afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 1969, p.22).

O habitat pressupõe um cercamento do proletariado a partir da fragmentação do espaço, reduzindo ao máximo sua capacidade criativa ao romper com a centralidade da cidade – que tem como essência a vida urbana das relações – e “ignora o habitar” (LEFEBVRE, 1973, p.209 *apud* CARLOS, 2020). Trata-se de ideologia e prática impostas pela nova lógica capitalista ligada ao valor de troca na produção do espaço.

Essa produção capitalista teve apoio, como menciona Lefebvre (2000), de arquitetos e urbanistas modernistas, o que estimulou um urbanismo planificador, como aquele atribuído a Le Corbusier, impulsionado por uma racionalidade que buscava a transformação completa da sociedade em direção à “modernidade”. O espaço da modernidade, no entanto, tem como características principais três fundamentos: **homogeneidade, fragmentação e hierarquização.**

A homogeneidade descrita por Lefebvre diz respeito à fabricação em larga escala e ao uso de elementos produzidos em série e materiais industrializados, bem como métodos de gestão e controle, vigilância e comunicação (LEFEBVRE, 2000, p.10). O que implica, involuntariamente, na eliminação de subjetividades e diversidade, de relações e conflitos antes evidenciados pela centralidade do espaço urbano. A fragmentação, embora pareça contrária a essa ideia, contribui para seu fortalecimento. O zoneamento das cidades de acordo com seus usos propostos pelo urbanismo moderno, por exemplo, parte de um rompimento do tecido urbano existente e, ao mesmo tempo, das relações provenientes dele. A fragmentação do espaço confina sujeitos em suas experiências cotidianas, pautadas em uma hierarquia imposta pelo sistema capitalista, uma vez que o acesso aos espaços conflita diretamente com o poder de consumo de cada classe.

No Brasil, a explosão das cidades encerrou, na extensão da mancha urbana, a classe trabalhadora em periferias sem infraestrutura, como afirma Carlos (2009). A autoconstrução, nesse sentido, foi o principal meio de periferização das metrópoles brasileiras, em um processo que Maricato (2015) caracteriza como “urbanização dos baixos salários”. Nesse sentido, Carlos (2009) sugere que a urbanização da metrópole de São Paulo se deu em dois momentos:

(...) a urbanização imediatamente, decorrente do processo de industrialização (processo marcado pela acumulação do capital industrial a partir da acumulação proveniente da agricultura cafeeira, produzindo as grandes periferias a partir da implosão da cidade) e o momento em que o processo de urbanização tem por conteúdo a realização do capital financeiro numa sociedade de consumo, o que permite a ampliação desse processo (CARLOS, 2009, p. 305).

Com o crescimento urbano, as cidades brasileiras, a partir do início do século XX, passaram a ser vistas como indutoras de avanço e modernidade, reforçando o movimento migratório do campo para a cidade. Esse imaginário engendrou o que Milton Santos (1986 *apud* MARICATO, 2003) define como idealizações e fantasias acerca das oportunidades

oferecidas nas cidades: “emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos” (SANTOS, 1986, p.2 *apud* MARICATO, 2003, p.152).

As últimas décadas do século XX marcaram o início do movimento de passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, delineando uma mudança essencial para a compreensão dos processos de urbanização contemporâneos que são pautados por uma nova lógica, segundo a qual “passamos da produção das mercadorias no espaço à produção do espaço como mercadoria” (LEFEBVRE, 2000, p. 200, 386-388 *apud* TONE, 2015, p. 26). Esse novo processo, no entanto, como aponta Carlos (2009), não inaugura a segregação espacial e a desigualdade nas cidades brasileiras, em especial em São Paulo, mas reforça um fenômeno que advém do papel “dependente”, como denominado pela autora, da sociedade capitalista brasileira desde sua industrialização. Segundo Carlos (2009), essa industrialização “dependente” é:

(...) fundada em altas taxas de exploração da força de trabalho (baixos salários), e “poupadora de mão de obra”; isto é, a industrialização, ao se realizar, deixou à margem do setor produtivo uma “quantidade significativa de força de trabalho” para além do contingente de “exército industrial de reserva” que só pôde sobreviver mediante o desenvolvimento de uma economia chamada de informal (CARLOS, 2009, p. 304).

Como lembra Maricato (2003), a emergência do trabalhador livre impulsionou a emergência de uma legislação sobre a terra². A criação da Lei de Terras (1850) engendra uma estrutura excludente que reforça as relações de renda e poder do período colonial em detrimento da nova mão de obra livre, além de apoiar a consolidação de um sistema racista. Segundo Tone (2015), a propriedade imobiliária em São Paulo como meio de capitalização substituiu a propriedade de escravos e, nesse sentido, “a classe dominante passa a exercer poder não mais pelo ‘trabalho cativo’ e sim pelo ‘cativeiro da terra’” (MARTINS, 1973 *apud* TONE, 2015, p.31). Esse processo evidencia a formação de uma nova classe trabalhadora assalariada sem acesso à habitação e a direitos básicos para manutenção da vida “e a cidade torna-se meio de enriquecimento privado” (TONE, 2015, p.31). Dessa forma, itens como moradia, energia, água, educação, transporte, saúde, etc.

² A Lei n. 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós, data de 4 de setembro de 1850 e foi a primeira legislação de cunho abolicionista que culminou na abolição da escravatura no Brasil. Ainda em 1850, no dia 18 de setembro, foi aprovada a Lei n. 601, ou Lei de Terras, passando a regular a forma de obtenção da posse de terras no país, até então legitimada apenas por meio da ocupação.

tornam-se problemas que não possuem soluções individuais. A dependência do Estado se faz cada vez mais latente à medida em que a população que compõe essa força de trabalho é reproduzida.

Maricato (2000), ao retomar o processo de urbanização brasileiro, coloca como centro da discussão a problemática da “importação de ideias” no planejamento urbano. Esse ponto é fundamental para compreender a dissonância entre o plano das ideias e a prática. O planejamento urbano modernista/funcionalista teve influência no fenômeno de planificação das cidades brasileiras a partir da década de 1930, especialmente nas metrópoles. Esses planos, contudo, não refletiam os reais conflitos e motivos que geraram o “caos urbano”, a desigualdade e o crescimento descontrolado das cidades. Assim, Maricato (2000) salienta que os problemas urbanos não são decorrentes de uma ausência ou má qualidade de planos, mas de um condicionamento do Estado aos interesses de grupos seletos, reforçando um padrão de tomada de decisões “de cima para baixo” que ignora a chamada “cidade ilegal”.

Como já mencionado, a autoconstrução foi o principal meio de obtenção da casa própria até a década de 1980. A ilegalidade arraigada a esse processo não é, ao contrário do que sugere, uma oposição ao planejamento da cidade, mas é “não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil” (MARICATO, 2000, p.147). Dessa forma, o caráter excludente da legislação evidencia a precariedade no atendimento do Estado às questões sociais:

Embora a urbanização da sociedade brasileira se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calcadas no patrimonialismo e nas relações de favor (mando coronelista) estão presentes nesse processo. A terra é um nó na sociedade brasileira (...) também nas cidades. A legislação é ineficaz quando contraria interesses de proprietários imobiliários ou quando o assunto são os direitos sociais (MARICATO, 2000, p.150)

O capital, portanto, procura formular o ambiente urbano de acordo com seus interesses e necessidades, principalmente quando tratamos dos capitais que lidam diretamente com o espaço urbano, como as incorporadoras imobiliárias, construtores, sejam eles de edificações ou de infraestrutura, e o capital financeiro imobiliário que, segundo Harvey (*apud* MARICATO, 2015), pode englobar também proprietários de terra. A produção imobiliária, segundo Tone (2015), tem fundamento na propriedade privada da terra – historicamente mantida pelo Estado “como meio de concentração e centralização da

riqueza socialmente produzida” (TONE, 2015, p.36) – que é consolidada como um investimento seguro e rentável pela lógica econômica a partir do seu valor de troca. Nesse sentido, torna-se um meio de capitalização que pressupõe preços, não somente para o produto final (o imóvel), mas desde a demarcação da terra até o trabalho empregado na construção civil. A mão-de-obra civil, nesse sentido, também configura um meio de obtenção de lucro para o capital imobiliário e alienação dos trabalhadores aos acessos à cidade.

No campo da filosofia, Foucault (2008), ao tratar da biopolítica, também aponta para a forma como o neoliberalismo americano faz uso dos parâmetros usados para análise da economia de mercado para orientar relações não-mercantis, ou melhor, fenômenos sociais. Ao abordar o liberalismo alemão, Foucault define um princípio utilizado pelo governo como meio de controle econômico denominado “*Gesellschaftspolitik*”. Esse conceito de “*Gesellschaftspolitik*” transforma o indivíduo em uma espécie de empresa permanente, por meio do controle, segundo o qual todos os aspectos da sua vida devem funcionar dentro desse sistema. A biopolítica, portanto, um conceito cunhado pelo filósofo, diz respeito ao controle político da vida biológica dos indivíduos. O indivíduo tem um papel importante nesse sistema descrito por Foucault uma vez que sua vida passa a ter muito valor “não em nome de uma pretensa filantropia, mas porque ela é essencialmente força de trabalho, isto é, produção de valor” (REVEL, 2006, p. 55 *apud* ALVES; AZEVEDO, 2021).

A expropriação da população em determinados lugares se dá diretamente pela especulação e valorização imobiliária, reproduzindo ainda mais a desigualdade nas cidades brasileiras. A classe trabalhadora, enquanto vislumbra no espaço urbano seu valor de uso, almeja alcançar uma infraestrutura capaz de suprir suas necessidades de sobrevivência no sistema capitalista.

Essa antítese torna a cidade uma arena de disputas que, em momentos de crise, são evidenciadas com maior força. A periferização, no sentido de Lefebvre (1969), atua como um mecanismo de enfraquecimento desses conflitos, uma vez que subordina a classe trabalhadora a uma posição afastada do centro de tomada de decisões e da produção do capital. O direito à cidade, torna-se assim, como exposto por Tavolari (2016), um termo muito propagado em reivindicações e discursos militantes, por representar um horizonte de acesso a essa centralidade. Contudo, a disseminação desse termo exalta “um duplo

registro – uma faceta teórico-conceitual e outra prática-reivindicativa” (TAVOLARI, 2016, p.94).

Este trabalho propõe, portanto, fazer uso do termo “direito à cidade” segundo a conceituação de Lefebvre (1969), ou seja, não pura e simplesmente relacionando-o ao acesso a infraestruturas, espaços ou direitos legislativos, mas a uma restituição da capacidade criativa dos sujeitos em vista da produção de espaços menos desiguais e que comportem as subjetividades inerentes à sociedade, a partir de uma lógica decolonial que suprima a homogeneidade imposta pelo sistema capitalista. Nesse sentido, prover acesso à moradia não é capaz de solucionar esse embate social, uma vez que a habitação depende de uma rede interconectada de infraestruturas e relações sociais para garantir uma mínima qualidade de vida.

Nessa perspectiva de análise, faz sentido abarcar o campo de estudos acerca do *comum* e dos *comuns urbanos*, enquanto uma alternativa viável ao binômio Estado e propriedade privada. De acordo com Tonucci (2020), “os *comuns* (ou *recursos comuns*) podem ser definidos como bens que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio do *fazer-comum* [*commoning*]” (p.372). Segundo o autor, a ideia do *comum* ocupa um lugar cada vez mais importante em movimentos anticapitalistas e democráticos enquanto um enfrentamento político à racionalidade neoliberal. A coletividade, nesse sentido, possui concepções diferentes, e até mesmo conflitantes, quando abordada em termos como “público” e “comum”, segundo Martin (2013), apoiado na acepção de Hardt e Negri, que definem este comum como “1) the natural environment, its resources and the products they yield; and 2) the products of social interaction, such as codes, languages, affects, information and other forms of knowledge.”³ (HARDT; NEGRI, 2009 *apud* MARTIN, 2013).

Embora a noção do *comum* aproxime-se “de um campo de práticas mais autônomas e coletivas de produção e reprodução social” (DE ANGELIS, 2007; HARDT; NEGRI, 2009 *apud* TONUCCI, 2020), este trabalho não propõe um estudo acerca dos *comuns urbanos* sob uma ótica afastada do Estado, ao contrário, o compreende enquanto um meio facilitador para a reivindicação de espaços e práticas.

³ Tradução da autora: 1) o ambiente natural, seus recursos e os produtos que eles produzem; e 2) os produtos da interação social, tais como códigos, idiomas, efeitos, informações e outras formas de conhecimento.

O ponto de vista de Hardt e Negri (2009), adotado por Martin (2013), parte do pressuposto de que é preciso olhar, além do público e do privado, para conceitos e políticas insurgentes, que vêm “de baixo para cima”, como forma de oposição à homogeneidade moderna, a partir da produção de bens comuns e, especialmente serviços e conhecimentos comuns. Esses atores se constituem enquanto novos sujeitos históricos, que agem enquanto resistência ao capitalismo, mas não totalmente determinados por ele (HARDT; NEGRI, 2009 *apud* MARTIN, 2013).

Tonucci (2020) propõe, em seu ensaio teórico, aliar as ideias de Lefebvre a um pensamento do *comum urbano*, tomando como ponto de partida o posicionamento do filósofo sobre o cotidiano. Lefebvre, compreende que há o deslocamento do mundo industrial da fábrica propriamente dita, enquanto “*locus* essencial da reprodução capitalista e da luta política” para o espaço urbano e até mesmo para a produção desse espaço (TONUCCI, 2020, p.375). E, a fim de compreender a produção do espaço urbano, é fundamental ter-se o conhecimento da vida cotidiana (MARTINS, 2016 *apud* TONUCCI, 2020, p.375).

A vida cotidiana, segundo Lefebvre (*apud* TONUCCI, 2020), desde as transformações sofridas pelo capitalismo fordista, passou a ser cada vez mais cercada pela ascensão da sociedade de consumo e pelo mercado, tornando o tempo de não-trabalho subordinado ao modo de produção, por meio do consumo (seja no âmbito do lazer, da cultura, do turismo, etc.). Tonucci (2020, p. 376) afirma, no entanto, que o ponto de vista Lefebvriano sobre esse aspecto vai de encontro às teses que ele define como “pessimistas” acerca da “*indústria cultural* da teoria crítica de Frankfurt, que previa uma administração totalitária da vida cotidiana pelo capital”. Isso por que “Lefebvre (2014) afirma que não existe jamais controle absoluto, pois há sempre brechas e rachaduras em qualquer totalidade, contraditória e movente. Os processos de alienação/desalienação são também sempre relacionais, jamais absolutos” (TONUCCI, 2020, p.376).

Nesse sentido, para Lefebvre, o cotidiano se configura enquanto a única arena possível de mudança radical (TONUCCI, 2020, p. 377). A alienação do trabalhador, tanto produtiva e reprodutiva quanto espacial, imposta pela propriedade privada dos meios de produção e da produção do espaço, gera um cercamento do comum que “constitui o mecanismo de cisão entre os trabalhadores e seus meios de produção e reprodução, cujo

corolário é o desenraizamento da economia, a dissolução da comunidade e a abstração do valor” (MARX, 2013; POLANYI, 2012 *apud* TONUCCI, 2020, p. 377). Portanto:

Para Lefebvre (2014), o cotidiano ‘vivido’ é duplamente determinado tanto como produto quanto resíduo das múltiplas atividades especializadas e fragmentadas (trabalhar, circular, habitar, pensar, recrear etc.), concatenadas em uma totalidade. A vida cotidiana é o que resta, o meio que preenche o vácuo entre todas as atividades técnicas. O autor a compara a um solo fértil, um chão comum de onde todas essas atividades – e o próprio modo de produção – nascem, mas do qual não se separam. Ademais, ela é um nível da totalidade social onde o homem se apropria não tanto da natureza quanto da sua própria natureza, uma zona onde os bens confrontam-se com as necessidades, transformadas mais ou menos em desejos (TONUCCI, 2020, p. 377).

De acordo com Silvia Federici (2014), os exemplos do que constitui o comum são abundantes. Pode-se encarar os bens comuns naturais, os quais precisamos para sobrevivência, bem como os direitos adquiridos, ou ainda produções da civilização ao longo do tempo. No entanto, a autora afirma que nem todos podem ser colocados no mesmo nível do ponto de vista de uma estratégia anticapitalista. Por essa razão, Federici aborda a questão dos *comuns* sob uma perspectiva feminista que, segundo a autora,

(...) se refere a um ponto de partida formado pela luta contra a discriminação sexual e pelas lutas sobre o trabalho reprodutivo, que (nas palavras de Linebaugh) é a pedra angular sobre a qual se constrói a sociedade, e a partir da qual deve ser analisada toda organização social (2014, p. 147).

O interesse pelo ponto de vista feminista se dá pelo fato de que a luta por sobrevivência na sociedade capitalista – que abrange a busca por moradia, emprego, educação, saúde, etc. – impõe, segundo Silva (2014), um enfrentamento de dificuldades desigual entre gêneros, uma vez que a existência do que o autor denomina “trabalho mercenário”, associado aos valores patriarcais, gera uma dupla jornada de exploração e vulnerabilidade social às mulheres, reforçando segregação socioespacial e a escassez de moradia engendradas pelo sistema vigente. Ainda, ao compreender a cidade como um produto (para além de seu sentido material), Silva (2014) define como ponto fundamental a produção de relações sociais que existe nela, bem como a reprodução de seres humanos e sua consciência – diretamente influenciada por valores patriarcais. Dessa forma, “a cidade como um resultado do trabalho alienado de homens e mulheres produz também consciências alienadas” (SILVA, 2014). Sob esse ponto de vista, torna-se crucial abordar temas como as lutas por melhores condições de vida; creches; moradia, etc., bem como o protagonismo feminino na conquista de direitos básicos, visto que o papel imposto pelo

patriarcado às mulheres abriu precedentes para a compreensão feminina acerca de questões do âmbito privado (cuidado com a casa e filhos), sob uma ótica apartada da esfera pública, em relação à atuação masculina.

Federici (2014) parte do pressuposto de que as mulheres, ao serem designadas a esse papel de sujeito reprodutor, “dependem mais do que os homens do acesso aos recursos comuns, e estão mais comprometidas com sua defesa” (p.151). Como forma de ilustrar esse ponto de vista, a autora remete a diversos exemplos de mulheres responsáveis por liderar esforços com o intuito de romper com formas anteriores de dominação e organização social⁴. Dessa maneira, salienta que essas lutas reforçam o caráter coletivo que o “bem comum” precisa assumir, a partir de laços de apoio mútuo. A autora defende, ainda, que essa forma diversa de pensar depende de um longo percurso de construção de consciência, bem como de intercâmbios proporcionados pelas construções coletivas.

Como aponta Tonucci (2020), Federici compreende a reprodução de seres humanos, enquanto uma das atividades humanas com trabalho mais intenso, como uma responsabilidade que durante séculos foi coletiva de mulheres, famílias e comunidade e que, sob o capitalismo se tornou cada vez mais “atomizada e privatizada” (p.378). No entanto, a esfera da reprodução compõe uma gama de trabalho e atividades não monetizadas e que acabam por ser invisibilizadas pelo capital. A alienação de mulheres no âmbito da produção, do espaço e do tempo, portanto, se evidencia pela maior exposição a expropriações. O **tempo** das mulheres, conceito importante para a abordagem da vida cotidiana de Lefebvre (TONUCCI, 2020), está quase que totalmente submetido ao capital, uma vez que a grande maioria de suas atividades cotidianas estão determinadas e cercadas pela estrutura capitalista.

Henri Lefebvre (1969), ao cunhar o conceito de direito à cidade, explicita a importância de formulá-lo com base no direito à vida urbana, pois o urbano é o “lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens” (p. 108). Para Lefebvre, somente a classe operária é capaz de se tornar o agente dessa realização.

⁴ São citados exemplos como modos de vida coletiva no Peru desde sua conquista; agricultura de subsistência; associações de crédito encabeçadas por mulheres na África; etc.

Nessa perspectiva, Tonucci, a partir de Lefebvre, observa que esse o habitante da cidade deve perseguir um novo humanismo que segue na direção de um “homem da sociedade urbana” baseado em uma nova práxis, visando uma morfologia urbana realizada de forma prática-sensível, em que seja possível habitar.

Nesse sentido, a produção do comum exige que se transforme a vida cotidiana, recombinao o que foi separado pela divisão social, sexual e espacial do trabalho sob o capitalismo, redefinindo a reprodução sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade (TONUCCI, 2020, p.380).

Essa compreensão permite determinar uma possibilidade de encarar o direito à cidade sob uma ótica do *Comum*, reforçando o caráter coletivo que autores do campo do urbanismo já salientam. As lutas sociais são fundamentais, nesse âmbito, visto que a consciência gerada pela classe trabalhadora de seu *locus* social possui um poder transformador. Isso não quer dizer, no entanto, que ao compreender o acesso aos direitos de forma ampla deva-se homogeneizar ou universalizar os indivíduos. É preciso levar em conta as subjetividades incorporadas aos grupos, sejam eles coletivizados ou não.

Por essa razão, discutir a inserção de mulheres nas lutas por reivindicação de direitos à cidade e moradia torna-se uma maneira de compreender outras maneiras de desconstrução dos papéis pré-definidos para homens e mulheres no âmbito social.

Ao aproximarmos o olhar sobre o sujeito nos movimentos sociais, nos deparamos com subjetividades intrínsecas. Não é possível, portanto, conceber uma discussão sobre esse tema que não aborde assuntos ligados à gênero, classe e raça. A abordagem formulada por Federici pode ser aproximada, portanto, ao pensamento de Djamila Ribeiro (2020) e Paulo Freire (1970), como forma de compreender os *comuns urbanos* sob uma perspectiva decolonial, a fim de traçar novas perspectivas para a ascensão de uma compreensão do direito à cidade de forma interseccional.

1.2 Perspectivas femininas e feministas: uma abordagem interseccional

O trinômio “homogeneidade-fragmentação-hierarquização” apontado por Lefebvre (2000) pode ser estendido a diversas esferas da vida social, não somente no que diz

respeito à produção do espaço moderno. A manutenção do sistema capitalista pressupõe o reforço de desigualdades que obedecem a classes bem definidas e, ao mesmo tempo, privilegiam certas características que se encaixam no modelo ideal de sociedade: homens brancos, cis e heterossexuais ocupam o topo da cadeia hierárquica em nossas sociedades, por exemplo.

A colonização engendrou processos opressores no Brasil e na América Latina, que se expressam em diversos matizes das relações humanas. Eduardo Subirats (2010) identifica a violência como a origem de toda colonização, especialmente pela condição de inimigo atribuída a uma parcela humana: “mouro impiedoso, índio diabólico e negro animal eram os títulos legitimários do imperialismo ocidental em suas origens teocráticas” (p. 70). Em qualquer tipo de colonização, a aniquilação de toda característica autônoma dos povos é inerente à própria dominação. Subirats define ainda esse processo como um contínuo que se estende desde a destruição biológica, econômica e simbólica dessa autonomia, até o que ele classifica como “racionalização etnocida do trabalho escravo e semiescravo” (2010, p.71). O capitalismo e a emergência da classe burguesa reforçaram essas dinâmicas, reinventando relações de submissão pautadas em classe, raça e gênero.

A alienação é, portanto, resultado fundamental dessa destruição de identidade e, assim como apontado por Lefebvre (1969), coloca à margem a capacidade criadora e limita o oprimido a um papel de submissão nessa pirâmide hierárquica como ferramenta de manipulação e controle.

Em *Pedagogia do oprimido* (1970), Paulo Freire defende a educação libertadora como saída ao processo de dominação entre opressor e oprimido. Para tanto, o autor inicia seu posicionamento tratando da antítese histórica entre humanização e desumanização, condições inerentes aos papéis de oprimidos e opressores, como “possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (FREIRE, 1970, p.16). Freire afirma que a desumanização⁵, apesar de corresponder a um fato concreto no curso histórico, não deve ser entendida como “vocação” ou “destino dado” aos homens, pois

⁵ A desumanização, de acordo com Paulo Freire (1970), não se restringe somente à humanização roubada (do oprimido), mas também aos que a roubam (os opressores), embora o segundo caso ocorra sob contexto e forma diferentes, pois, se a luta dos oprimidos por uma existência livre, de um lado, os humaniza, de outro, não os converte em opressores.

implicaria um futuro estático de total desesperança, mas sim algo contra o que devem lutar: aquilo que o autor denomina de “luta pela humanização”.

No entanto, somente sob o poder que emerge da debilidade dos oprimidos é que se torna possível libertar a si e a seus opressores, sem que se tornem, assim, opressores dos opressores. Por essa razão, o pensamento freiriano é assentado sobre a premissa de que a educação deve iniciar de dentro para fora, como instrumento de libertação, de conscientização de seu papel a partir da autorreflexão em busca da desalienação. Desse modo, “a pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestações da desumanização” (FREIRE, 1970).

O avanço do pensamento feminista no Brasil possibilitou a emancipação de certos grupos de mulheres no que diz respeito ao acesso aos estudos e ao mercado de trabalho, bem como a questões mais abrangentes como aborto e sexualidade, por exemplo (HOLLANDA, 2019). No entanto, segundo Silva (2014), são mulheres que liberam tempo de outras mulheres, uma vez que mulheres de classe média e alta, em sua maioria, estão apoiadas em outras como empregadas domésticas ou babás. Essa condição acaba por possibilitar a opressão de mulheres sobre outras mulheres que, ao objetificá-las e excluí-las de sua luta individual por emancipação, descaracterizam o trabalho invisível que torna possível sua presença no mercado da esfera pública de produção do capital. Por outro lado, as mulheres que não contam com recursos e acessos para a terceirização do trabalho doméstico contam com redes de solidariedade comunitárias ou familiares no cuidado com os filhos, além de suportar a dupla jornada de trabalho motivada pelo sistema (SILVA, 2014). Em decorrência disso, tem-se uma contradição com relação às motivações que inserem esses dois grupos de mulheres no mercado de trabalho. Se para o primeiro essa motivação decorre de uma luta por direitos e emancipação feminista, para o segundo grupo deriva de uma necessidade de sobrevivência, que as submete a menores salários e condições de trabalho precárias.

Essa participação, no entanto, não decorre necessariamente do envolvimento em teorias e reflexões feministas, como aponta Silva (2014), mas vincula-se à urgente necessidade de habitação e aos meios de sobrevivência na cidade; razões similares às apontadas por Cúnico e Arpini (2014) para justificar a inserção de mulheres em situações vulneráveis no mercado de trabalho. No entanto, ao se inserirem nos espaços ativos de liderança e

política, essas mulheres não estão isentas das explorações e da dupla jornada de trabalho criadas pelo sistema. Portanto, é comum que dependam de uma rede de solidariedade formada por outras mulheres que lhes possibilite compartilhar suas responsabilidades domésticas.

São as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à alta tecnologia disponível para uso doméstico nem contam com recursos para contratarem outras mulheres. O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada como já foi colocado (ÁVILA, 2002, p.43 *apud* SILVA, 2014).

15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar [sic] (JESUS, 2014, p.10)

“Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo” (JESUS, 2014, p. 169)

As citações acima foram retiradas do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. A autora, negra e de origem pobre, nasceu em Minas Gerais, em 1914. Em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica e, mais tarde, passou a recolher lixo reciclável. Tendo a oportunidade de estudar, por meio do incentivo de uma das patroas de sua mãe, Maria Carolina de Jesus possuía o hábito de escrever. Na favela do Canindé, em São Paulo, onde morava, registrava um diário de seu cotidiano. Foi “descoberta” pelo jornalista Audálio Dantas, que a auxiliou a publicar seu primeiro livro.

Maria Carolina de Jesus retratou, e ainda retrata, a realidade de diversas brasileiras. Os relatos citados, bem como outros encontrados no livro, da década de 1950, explicitam um nível de consciência de classe pautada estritamente pela vivência. O custo de vida atravessa Maria Carolina de Jesus que relata o cotidiano de uma mãe solo na favela lutando diariamente pela sobrevivência.

Nesse período, o movimento feminista acadêmico no Brasil encontrava-se no que se denomina “primeira onda” e que, segundo Djamilá Ribeiro (2018), compreendia

reivindicações voltadas a pautas como direito ao voto e à vida pública. Somente no fim da década de 1970, o feminismo negro passou a ganhar força no Brasil, “lutando para que as mulheres negras fossem sujeitos políticos” (RIBEIRO, 2018, p.45).

A micropolítica foi introduzida na discussão do movimento a partir da “terceira onda”, que teve início na década de 1990, na qual paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores passaram a ser discutidos. Esse momento é importante para o questionamento do feminismo universalizador, por se tratar de um movimento excludente, visto que mulheres são oprimidas de formas diferentes, tornando-se necessário introduzir recortes de raça e classe as pautas de gênero (RIBEIRO, 2018).

O termo “interseccionalidade” foi cunhado pela professora estadunidense Kimberle Crenshaw, que atua nos estudos científicos na área de raça e gênero. A autora aborda de maneira mais aprofundada questões ligadas a mulheres não-brancas, como definido por ela, uma mulher negra. A interseccionalidade descrita por ela, trata de sistemas que convergem entre si, tratando especialmente de raça, gênero e dominação de classe; mas, principalmente, da importância de se aplicar soluções que levem em consideração esses sistemas, em oposição a uma universalização somente baseada na discussão de gênero (CRENSHAW, 1993).

Paulo Freire (1970), ao tratar da libertação do oprimido, chama atenção a um fenômeno importante: a identificação do oprimido com o opressor, por meio do que ele denomina “aderência” que, apesar do reconhecimento de si enquanto oprimido, é condicionado pela “imersão” em que se encontra na situação opressora. Para a libertação, portanto, não basta o reconhecimento de sua condição de oprimido, mas é preciso transformar a luta em forma de superação dessa contradição. Ainda, o autor afirma que somente é possível um opressor se identificar como tal e ser verdadeiramente solidário com os oprimidos caso assumam a luta pela transformação da realidade que desumaniza os oprimidos.

Nesse sentido, ao tratarmos da hierarquia social e do papel da mulher nela inserido, é possível justificar a importância da adoção de uma postura interseccional nos movimentos sociais, em geral, em especial no movimento feminista e de luta por moradia, aqui tratados. A estrutura da sociedade capitalista na qual vivemos obedece a hierarquias bem definidas, baseadas em critérios elitistas, meritocráticos, escravocratas e patriarcais herdados da colonização. A definição do trabalho ainda é pautada em uma divisão de

classes e gênero, restringindo as mulheres, especialmente mulheres negras, ao trabalho doméstico (ainda caracterizado por uma atividade precária e de baixa valorização social) e à função reprodutiva.

Parafrazeando Simone de Beauvoir, que trata a mulher enquanto “o outro do homem”, Djamilia Ribeiro (2020) reporta pontos de vistas importantes de autoras negras que refutam a “universalização invisibilizadora” da categoria mulher, entendendo a especificidade da condição das mulheres negras enquanto “o outro do outro”. Essa análise é importante para compreender o desencadeamento de opressões provenientes da estrutura da sociedade. Segundo Grada Kilomba (*apud* RIBEIRO, 2020), as mulheres negras se encontram estagnadas em um “terceiro espaço”, uma vez que no debate acerca do racismo, o sujeito é o homem negro, no debate feminista o sujeito é a mulher branca e no discurso de classe não há sujeito. Ou seja, as opressões passam por oscilações de privilégio quando tratamos de mulheres brancas e homens negros, contudo a opressão dirigida a mulheres negras, nesse sentido, não oscila, pois combina diversas opressões em si, invisibilizando-as enquanto sujeitos na luta. Essa análise pode ser desdobrada em maior escala se acrescentarmos o viés da identidade de gênero, por exemplo, engendrando um lugar mais marginalizado ainda para mulheres negras LGBTQIAP+. Por essa razão, é preciso que haja uma categoria de análise direcionada para esse enfoque, que seja capaz de tratar essas mulheres enquanto sujeitos das próprias reivindicações.

Dessa forma, assim como na *pedagogia da libertação* freiriana, o pensamento feminista deve permitir que mulheres oprimidas tomem consciência de sua realidade, a partir da autorreflexão, a fim de buscarem a luta por emancipação plena e liberdade. Segundo Ribeiro (2020), a autodefinição desses grupos resulta em uma descolonização do pensamento, a partir da nomeação de sua realidade e da adoção de um olhar étnico-racial sobre o feminismo. Trata-se de uma reivindicação pelo direito a ter voz e, por conseguinte, uma reivindicação pela própria vida e existência. Em contrapartida cabe às mulheres opressoras assumirem um papel verdadeiramente solidário em busca dessa mesma transformação, tomando consciência de seus privilégios e abdicando de seu caráter opressor.

Logo, o feminismo interseccional permite um olhar alargado sobre as questões que marcam a luta feminista, apontando para problemas e soluções particulares de distintos grupos de mulheres, dentro de suas subjetividades sejam elas relacionadas à classe, raça,

identidade de gênero, sexualidade, etc. À vista disso, Djamila Ribeiro (2020) eleva o conceito de “lugar de fala” a partir da “teoria do ponto de vista feminista” como forma de reivindicar diferentes formas de análise, a fim de compreender realidades ignoradas pelo pensamento hegemônico. Ribeiro trata mais especificamente do feminismo negro, contudo, esse conceito permite analisar diversas realidades e diversos “feminismos”. A teoria do ponto de vista feminista parte de uma análise coletiva, em detrimento de experiências individuais. Isso quer dizer que não as exclui, mas que se embasa em um debate estrutural que identifica restrições de oportunidades comuns a partir da localização de grupos em relações de poder. “[...] É a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos” (COLLINS, 1997 *apud* RIBEIRO, 2020, p.61). Desse modo, o lugar de fala diz respeito a um rompimento com “o regime de autorização discursiva”, endossando o direito à existência digna e à voz – *locus social*.

Dessa forma, conclui-se que a construção de lógicas contra-hegemônicas ao modo capitalista de produção do espaço urbano deve partir da classe oprimida com o intuito de, não somente reivindicar seu direito ao espaço urbano, mas participar ativamente dessa construção, pautada numa práxis emancipatória aliada a autorreflexão individual e coletiva. De acordo com Lefebvre (2014 *apud* TONUCCI, 2020) as relações de produção fazem parte e são reproduzidas na vida cotidiana. Por essa razão é preciso, transformá-las nesse âmbito também:

Nesse sentido, a produção do comum exige que se transforme a vida cotidiana, re combinando o que foi separado pela divisão social, sexual e espacial do trabalho sob o capitalismo, redefinindo a reprodução sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade (TONUCCI, 2020, p.380).

1.3 Os movimentos sociais organizados

O período entre o final da década de 1940 até o golpe militar de 1964 foi marcado, segundo Lúcio Kowarick (1994), pela consolidação de diversas novas características urbanas na cidade de São Paulo, destacando:

A consolidação do padrão periférico de crescimento urbano, a intervenção do Estado na questão urbana e da habitação, a substituição do sistema de transporte coletivo baseado no bonde pelo ônibus, o

enorme acréscimo do número de veículos decorrente da implantação da indústria automobilística em território nacional, com a consequente estruturação das cidades em função deste meio de transporte, a rápida e massiva renovação das edificações gerada pela verticalização e por novas formas de intervenção dos empreendedores e, finalmente, o surgimento dos movimentos populares nascidos das contradições geradas por estes processos (p.149-150).

Em decorrência disso, o autor afirma que as políticas públicas anteriores ao período da ditadura foram marcadas por um “*laissez-faire* urbano”⁶, permitindo que a crescente densidade demográfica na cidade de São Paulo fosse absorvida como e onde pudesse, o que acelerou o padrão periférico de habitação baseado na autoconstrução das moradias, muitas vezes em terrenos “clandestinos” e sem infraestrutura, gerando “uma solução habitacional – baseada no trinômio loteamento periférico/casa própria/autoconstrução” (KOWARICK, 1994, p.150). Em São Paulo, essa foi a principal forma de obtenção de moradia própria encontrada pelos setores populares até a década de 1970.

Segundo Nabil Bonduki (1992), a permissividade do poder público com relação a essa dispersão de loteamentos irregulares, sem infraestrutura, favoreceu a expansão horizontal da cidade por intermédio dos empreendedores privados, totalmente beneficiados pela conjuntura política e econômica. De acordo com Kowarick (1994), os loteadores puderam traçar uma estratégia de lucro sobre essa dinâmica, comercializando lotes tipicamente rurais para funções urbanas, abrangendo o loteamento para áreas pioneiras a fim de especulação. Dessa forma, embora a prefeitura tivesse conhecimento dessa nova movimentação e de sua falta de condição e recursos para urbanizar essas áreas, o autor afirma que “fechar os olhos ao surgimento destes loteamentos e depois esquecer sua existência fazia parte de uma estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a crise habitacional” (p.151). Nesse período, portanto, o sonho da casa própria era mais palpável para grande parte dos trabalhadores. Como aponta Bonduki (1992), em 1970 o censo do IBGE indicava que pelo menos “54% dos domicílios do município de São Paulo e quase 60% dos da região metropolitana eram de propriedade de seus moradores” (p. 24). Não obstante, o autor aponta a precariedade de grande parte das casas construídas pelos trabalhadores e das condições que esse modelo impôs a eles, como o trabalho adicional na construção da casa própria, por exemplo, e a contenção de gastos orçamentários na vida doméstica, especialmente na alimentação.

⁶ Expressão em francês, que significa “deixe fazer”, é atribuída, principalmente, a um modelo político e econômico pautado na não-interferência do Estado.

De acordo com Ermínia Maricato (2015), a prática da autoconstrução de casas “contribuiu para a acumulação capitalista durante todo período de industrialização no Brasil, particularmente de 1940 a 1980” (p.26). Maricato denomina esse processo “urbanização dos baixos salários”, visto que a modernização e o desenvolvimento dependeram da autoconstrução da casa para a produção de uma parte da cidade. No entanto, segundo a autora, a cidade é por excelência o lugar de reprodução da força de trabalho e, por essa razão, cada vez mais a reprodução da população que compõe essa força de trabalho se faz dependente do Estado para a regulação de necessidades básicas como transporte, abastecimento, infraestrutura e equipamentos sociais. Com a reintrodução da democracia no Brasil em 1946 (após a Era Vargas), e a criação da nova Constituição, a Quarta República (ou República Populista), apesar de investir em processos de acumulação capitalista, reforçava um caráter populista, decorrente da força indutora de obtenção dessa redemocratização. Nesse sentido, segundo Kowarick (1994), o poder público não podia desprezar por completo as necessidades dos setores populares. É nesse contexto que, segundo o autor, ocorre a emergência dos movimentos populares nos bairros periféricos de São Paulo. A obtenção da casa própria não abarca todas as necessidades mínimas de sobrevivência e, portanto, a disposição de serviços mínimos passou a ser percebida como direito básico de cidadania. Assim, o Estado era visto como responsável por esse suprimento, “pois o discurso populista se auto atribuía o dever de atender a população pobre da cidade” (KOWARICK, 1994, p. 154). Contudo, a relação estabelecida entre o setor público e os setores populares organizados durante esse período foi quase sempre baseada em uma política clientelista de trocas entre melhorias no bairro e apoio eleitoral, como afirma o autor. Esse padrão de relação estabelecido pelo populismo do período difere, segundo Kowarick, do estabelecido durante a República Velha, no qual os movimentos populares, com forte influência anarquista, visavam a destruição do Estado. Ainda assim, esse quadro não pode ser reconhecido a partir de uma política pública habitacional, mesmo que durante três décadas a autoconstrução em loteamentos periféricos tenha sido capaz de absorver a nova demanda habitacional.

A partir dos anos 1970, esse panorama foi alterado. Nabil Bonduki (1992) aponta que entre 1970 e 1980 o número de favelados crescia 45% ao ano, assim como o número de moradores em cortiços e casas precárias de aluguel na periferia, e sugere como hipótese para essa virada de chave a escassez de terras em torno da cidade, o que, por consequência direta, elevou o preço dos lotes. Além disso “a elevação do preço dos transportes

dificultando o acesso a loteamentos distantes; maior rigidez contra a abertura de loteamentos clandestinos e, finalmente, a redução do salário real dos trabalhadores” (1992, p.26). Nessa conjuntura, apresenta-se a crise de moradia dos anos 1980 em São Paulo. Se, anteriormente, o sonho da casa própria já era algo latente entre os trabalhadores, com a crise tornava-se algo fundamental, vide as altas taxas de desemprego, subemprego e salários declinantes. Por essa razão, segundo Bonduki (1992), passaram a despontar movimentos massivos de luta por moradia, visto que as favelas já não davam mais conta de atender à demanda de habitação para aqueles sem alternativa. Ao perceberem a ineficácia da resolução desse problema de maneira individual, ocorrem em São Paulo as primeiras ações coletivas, realizadas por trabalhadores organizados que objetivavam exigir do poder público melhorias urbanas para loteamentos e favelas. Em agosto de 1981 surgiram as primeiras ocupações organizadas no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo, apoiadas por organizações como Comunidades Eclesiais de Base e associações de bairro, que se tornaram núcleos de discussão a fim de encontrar soluções para os problemas coletivos (BONDUKI, 1992).

Partindo de uma retomada histórica acerca dos movimentos sociais no Brasil, é possível definir, de maneira geral, os anos de 1980 como chave de mudança nos modos organizativos das lutas por direito à cidade, especialmente sob o cenário de redemocratização e crise econômica e habitacional em que o Brasil se encontrava. Desde a década de 1960, os movimentos sociais – não totalmente autônomos – tinham forte apoio da Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base e de grupos assistencialistas formados por intelectuais e universitários. São exemplos desses movimentos o MDU (Movimento Universitário de Desfavelamento) da Faculdade de Medicina da USP (1961); o Movimento dos Favelados (1968-1969); a Operação Periferia (1972) e o Movimento Custo de Vida (1972). Os anos de resistência, durante a década de 1970, foram determinantes para o avanço dos movimentos sociais na década seguinte. A periferia tornou-se, segundo Kowarick (1994), o espaço de articulação de núcleos de organização dos trabalhadores. E, nesse sentido, a luta por questões urbanas impulsionou outras reivindicações de grupos excluídos dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico e urbano. Em decorrência disso, no início da década de 1980, o regime militar se viu pressionado por essas forças de oposição, o que contribuiu para as estratégias de abertura democrática, absorvendo algumas propostas da oposição. Segundo Maricato (2015), o Brasil dos anos 1980 apresentava um quadro contrastante:

Enquanto a economia apresentava uma queda acentuada, ao mesmo tempo que lutavam contra o governo ditatorial, movimentos sociais e operários elaboravam plataformas para mudanças políticas com propostas pragmáticas (p.30)

Essa mudança, portanto, determinou um posicionamento político mais ativo por parte dos sujeitos na tomada de decisões e na organização de movimentos sociais, encarando a cidade e o direito ao seu acesso enquanto campo de disputas e cenário de mobilizações. Nesse contexto, a criação do Partido dos Trabalhadores (1980) – e seus ideais iniciais – advêm dessa movimentação anterior, da organização da base pautada no que Kowarick (1994) define como “consciência de exclusão e insubordinação” proveniente do período mais repressivo da ditadura militar. No entanto, o autor enfatiza que, embora esses avanços de consciência tenham sido importantes, os movimentos não foram capazes de organizar uma parcela majoritária da população e nem impedir que a crise dos anos 1980 afetasse a condição de vida dos trabalhadores. Segundo Bonduki (1992), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), formada nesse período, não foi capaz de impedir as ondas de demissões, queda dos salários, e a contínua inflação sobre o preço dos produtos.

A década de 1980 foi, portanto, momento de formação de diversos movimentos sociais organizados autodenominados, na época de “Movimentos Sem-Terra” como explica Evaniza Rodrigues (2013), que afirma: “a questão do acesso à terra para moradia foi a primeira luta travada pelos movimentos de moradia, especialmente naqueles que adotam a proposta autogestionária, e sempre esteve em sua pauta prioritária” (p. 146). Simultaneamente, em 1984, surgiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), um dos principais movimentos organizados na luta por acesso à terra e à moradia. A grande maioria dos movimentos urbanos iniciou-se nas grandes ocupações de terra nas periferias de diversas cidades nesse momento, especialmente dado todo o contexto já apresentado. Segundo Rodrigues, dados da UMM (União dos Movimentos de Moradia) de 1993 apontavam para “mais de 100 mil pessoas em ocupações coletivas de terra em São Paulo, em 1987” (2013, p. 146).

Conforme Rodrigues (2013), somente na década seguinte o termo “sem-teto” passou a ser utilizada por alguns movimentos e pelos meios de comunicação. Essa escolha semântica não é ocasional, como aponta a autora. Diversos documentos e lideranças indicam a escolha pelo termo “sem-terra” “indicam tanto a origem dos movimentos nas ocupações de terra, quanto a prioridade dada ao tema na formação e organização das

agendas de luta, bem como o caráter político dessas ações, ao denunciarem a exclusão social e territorial” (RODRIGUES, 2013, p. 146). Rodrigues cita ainda um dos manifestos do Movimento Sem-Terra da Zona Leste:

A terra foi destinada a todos. No Brasil, grupos de poderosos dentro do governo e com apoios armados roubaram a terra [...] Cidade e campo estão unidos nesta luta por terra e moradia. A terra e moradia não são somente abrigo para a sobrevivência, é o lugar de ser do cidadão, de fazer a nossa história (Folheto do Movimento Sem Terra da Zona Leste, São Paulo, 1987 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 146)

A organização desses movimentos se deu, principalmente devido às primeiras ocupações que, a princípio tinham um caráter imediatista e mais focado, com um loteamento feito pela própria organização, destinando a terra para as famílias que lá estavam, com o intuito de solucionar a questão da habitação para aquele grupo. Em um segundo momento, as ocupações tomaram um viés coletivo, sem demarcação de lotes, mas em forma de reivindicação da viabilização da aquisição do terreno e posterior financiamento para construção de moradias por parte do poder público (RODRIGUES, 2013).

Esse processo forneceu a base social necessária para a organização de diversos movimentos de moradia, os quais, a partir da ocupação e articulação de diversos grupos, deram os primeiros passos para a elaboração de propostas para as políticas habitacionais e também para o caráter emancipatório dessas organizações (RODRIGUES, 2013, p. 147)

Esse novo formato de ocupações e articulações foram fundamentais para denunciar, nos anos 1980, a falta de políticas públicas e de acesso à terra e permitiram, também, a abertura de negociações com os governos estaduais e municipais, bem como a abertura de espaços para debates que inseriram no cotidiano dos trabalhadores assuntos em prol de uma consciência de classe (PAZ, 1996 *apud* RODRIGUES, 2013). Os movimentos, entretanto, durante toda sua existência, sofreram e ainda sofrem diversos processos de criminalização e tentativas de enfraquecimento, em uma lógica que Maricato (2011, p. 190) descreve da seguinte forma:

A construção ideológica que cerca o conceito de propriedade privada é tão forte que, numa inversão completa de papéis, homens e mulheres que deveriam se beneficiar da aplicação das leis, e em nome das quais elas são aprovadas, são acusados de se insurgir contra elas (*apud* RODRIGUES, 2013, p. 150)

Atualmente, os movimentos se organizam respectivamente por regiões, pela união estadual e pela união nacional. A “porta de entrada” para os movimentos por moradia

corresponde aos grupos de base, formados pelos movimentos regionais e que atuam em diversas frentes de luta, como favelas, cortiços, sem-teto, mutirões ocupações e loteamentos, por exemplo.

Esses movimentos regionais são filiados a uma instância estadual. A União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) foi fundada em 1987 com o objetivo de articular e mobilizar esses movimentos insurgentes, conforme já citado. Os movimentos filiados à UMM-SP na capital são⁷:

Região Central

- Movimento de Moradia do Centro
- Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)

Região Leste

- Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste I
- Movimento de Defesa do Favelado (MDF)

Região Norte

- Associação Unificadora de Ações Populares (AUAP)

Região Oeste e Noroeste

- Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste e Noroeste

Região Sudeste

- Associação dos Movimentos da Moradia da Região Sudeste
- União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS)

Região Sul

- União dos Movimentos de Moradia Independentes da Zona Sul

Além disso, a UMM-SP participa como filiada e integrante de outros movimentos populares nacionais e internacionais:

- CMP (Central de Movimentos Populares)
- FBP (Frente Brasil Popular)
- FNRU (Fórum Nacional de Reforma Urbana)
- HIC (Habitat Internacional Coalition)

⁷ Os dados apresentados foram retirados do site oficial da UMM-SP. Disponível em: < <https://sp.unmp.org.br/> >. Acesso em julho de 2023.

- SELVIP (Secretaria Latinoamericana Vivienda y Habitat Popular)
- RMH (Rede Mulher e Habitat)
- UNMP (União Nacional por Moradia Popular)

A UMM-SP se organiza mediante secretarias, que são instâncias permanentes com um caráter setorial, com o intuito de promover a organização de temas, ações, agendas e pautas comuns dos diferentes segmentos. As secretarias são:

- Secretaria dos Cortiços
- Secretaria das Favelas
- Secretaria dos(as) GLBTT
- Secretaria dos idosos
- Secretaria da Juventude
- Secretaria das Mulheres
- Secretaria dos(as) Negros(as)

A UNMP surgiu em 1989, “a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular realizado no Brasil, que em 2005 daria origem ao Sistema, Fundo e Conselho Nacional por Moradia Popular (Lei 11.124/05)”⁸ (UNMP, site oficial). A UNMP também atua nas diversas áreas da luta por moradia, incluindo favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos. Atualmente, o movimento está presente em 16 estados brasileiros:

- Paraná (PR)
- São Paulo (SP)
- Rio de Janeiro (RJ)
- Espírito Santo (ES)
- Minas Gerais (MG)
- Bahia (BA)
- Sergipe (SE)
- Alagoas (AL)
- Pernambuco (PE)

⁸ Todas as informações a respeito da organização foram retiradas do site oficial da UNMP. Disponível em: <<https://unmp.org.br/>>. Acesso em julho de 2023.

- Paraíba (PB)
- Maranhão (MA)
- Goiás (GO)
- Amazonas (AM)
- Tocantins (TO)
- Pará (PA)
- Rondônia (RO)

Segundo a UNMP, sua forma de organização possui forte influência da metodologia das Comunidades Eclesiais de Base. A organização parte de grupos de base nos bairros, ocupações e favelas, articulados em movimentos regionais e municipais que estão filiados a movimentos no âmbito estadual. Os estados, por sua vez, possuem representação em uma Coordenação Nacional, indicada nos Encontros Nacionais por Moradia Popular.

A autogestão faz parte da agenda desses movimentos organizados desde sua formação e coloca o sujeito na condição de protagonista de sua luta.

1.4 O surgimento da autogestão enquanto alternativa habitacional

Essa conjuntura abordada abriu margens para uma postura mais geral dos movimentos sociais frente a problemas da vida pública, para além do bairro. Nesse sentido, a criação do Partido dos Trabalhadores, que tem em seu seio agentes oriundos das lideranças desses movimentos, também engajados no fortalecimento do novo sindicalismo, teve um papel importante enquanto novo canal de participação popular. A partir de 1983, como aponta Bonduki (1992), a presença de vereadores e deputados eleitos com o apoio dos movimentos sociais os obrigou a repensar sua relação com o Parlamento. Entretanto, apesar desse novo diálogo, as legislações não abarcaram a demanda dos movimentos de maneira direta, como é possível perceber a partir da ausência de pautas dos movimentos sociais, que deixaram de ser inseridas na agenda da nova Constituição Federal de 1988. Ainda de acordo com Bonduki, essa nova perspectiva não minou as posturas mais tradicionais, ao contrário, revigorou o clientelismo e corporativismo nas reivindicações populares.

Assim, o autor aponta três diferentes linhas de ação no seio dos movimentos sociais:

(...) a postura meramente reivindicatória; a postura contestatória; e uma nova postura de participação na gestão das políticas públicas, onde o movimento social, sem abandonar o objetivo específico de reivindicar do Estado melhorias urbanas, atua na perspectiva de passar do particular para o geral e de vislumbrar novas formas de mobilização e participação popular, a partir da formulação de programas de políticas públicas alternativas (BONDUKI, 1992, p. 31).

Desde 1981, portanto, a luta coletiva por moradia passou a assumir duas formas distintas de atuação, sendo uma delas a ação direta por meio de ocupações organizadas; e a outra uma ação reivindicatória, por meio de pressão popular sobre o Estado, com o intuito de obter terras e financiamento para a construção de moradias (BONDUKI, 1992). Nesse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984.

As propostas autogestionárias nascem sob essa perspectiva, a partir do ensaio de propostas de políticas públicas, por intermédio do contato direto com a máquina do Estado e do entendimento do seu funcionamento e até mesmo de suas brechas. Por outro lado, ao compreender os processos de transferência dos recursos públicos em prol da manutenção e maximização do lucro de agentes privados, é possível reivindicar certo controle da administração pública a fim de buscar alternativas de gestão da produção habitacional (e até mesmo de planejamento geral) que dispensem a mediação capitalista (BONDUKI, 1992).

Segundo Maricato (2015), os capitais que lucram com a produção e exploração do espaço urbano (e do trabalho) agem em função do valor de troca da cidade (entendida aqui enquanto mercadoria), enquanto a classe trabalhadora busca nas cidades seu valor de uso, buscando moradia e serviços públicos baratos e de qualidade, ou seja, condizentes com seu poder aquisitivo. Dessa forma, a autogestão enquanto alternativa tem por objetivo principal o estabelecimento de propostas que valorizem o valor de uso da cidade em detrimento do seu valor de troca e, para isso, deve ir de encontro ao modo hegemônico de produção do espaço, pautado na renda imobiliária e no lucro capitalista. Trata-se, portanto, de uma maneira de apresentar soluções de melhor infraestrutura em contraposição à produção massiva e, por muitas vezes, de baixa qualidade arquitetônica dos conjuntos habitacionais, em concordância com os moradores, que passaram a ter participação ativa em todas as etapas desse processo.

Em São Paulo, o surgimento de propostas autogestionárias no cerne dos movimentos de luta por moradia não ocorreu de maneira consciente por parte dos trabalhadores. De acordo com Bonduki (1992), a experiência Uruguaia das Cooperativas de Ajuda Mútua foi muito influente para o surgimento dessas propostas na luta por moradia. O principal introdutor dessa experiência no Brasil, em especial em São Paulo, foi o engenheiro Guilherme Coelho por meio da experiência com o movimento Vila Maria. Com o intuito de elaborar um projeto aos moldes uruguaios, adaptado à realidade brasileira, as cerca de 400 famílias envolvidas na articulação da Vila Maria encontraram barreiras ao tentar criar uma cooperativa de habitação autônoma e autogerida, devido à legislação da época. Contudo, a articulação do movimento seguiu em uma direção reivindicatória que confrontava essa legislação, a partir de um estudo elaborado e um projeto que visava uma grande repercussão. A pressão gerada por essa convicção do movimento lhe rendeu uma gleba na Vila Nova Cachoeirinha e, embora a o processo autogestionário não tenha sido possível em sua totalidade, foram diversos os avanços e as conquistas alcançadas pela organização:

O movimento manteve a seu serviço uma equipe técnica autônoma do poder público, definiu um projeto físico discutido passo a passo pela organização dos moradores, criou uma comissão de compra de materiais, e garantiu um entusiasmo e disposição de luta que tornaram possível a construção de uma casa modelo totalmente independente dos órgãos públicos. Esta casa modelo foi realizada para provas que o movimento era capaz de construir, através do mutirão e da gestão comunitária, uma moradia melhor e mais barata do que a construída por empreiteiras e sob a gestão da Cohab (BONDUKI, 1992, p. 36)

As cooperativas uruguaias, introduzidas por Guilherme Coelho, também entusiasmaram órgãos como o Laboratório de Habitação, criado em 1982 no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Belas Artes, com o intuito de prover assistência técnica aos movimentos de moradia (BONDUKI, 1992).

Em São Paulo, especialmente durante o mandato da prefeita Luiza Erundina (1988-1992), com a criação do Programa de Mutirões Autogeridos, diversos grupos de assessoria foram criados, entremeando-se entre os movimentos e organizações de luta por moradia e os programas de construção, entre eles a Usina CTAH (Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado), em 1990, (constituída como assessoria técnica envolvida no projeto do Mutirão Paulo Freire, objeto de estudo desta pesquisa). No entanto, essa aproximação entre universitários – que compunham grande parte da composição das assessorias

técnicas – e “o povo brasileiro”, como definem Vilaça e Constante (2016), não foi iniciada nesse período. As primeiras experiências desse tipo ocorreram na década de 1960, antecedendo o golpe militar de 1964 e sendo reprimidas por ele. A partir desse momento, portanto, o diálogo entre o saber técnico e os trabalhadores voltou a ser estabelecido:

Eram sobretudo arquitetos e assistentes sociais que partiam para as periferias e favelas procurando estabelecer um novo tipo de vínculo, uma militância prática e cotidiana, configurando certa organicidade com as comunidades e movimentos em formação. Era ainda um período de repressão aberta do regime militar e, por isso mesmo, definia parte por parte dos movimentos urbanos uma desidentificação com o aparelho do Estado, ao mesmo tempo em que demandava deste mais recursos para políticas sociais (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p. 94).

Nesse sentido, ao contrário da autoconstrução individual, esse modelo de ação abarcado pelos mutirões é capaz de pensar uma remodelação das relações de produção, especialmente no contexto da construção civil no Brasil, que se apresenta como um dos campos de atuação mais exploratórios e hostis da força de trabalho. Essa alteração de paradigma acontece desde a fase de elaboração do projeto. Este não ocorre mais de maneira autônoma e autoritária (de cima para baixo), mas em concordância com a comunidade. Sérgio Ferro (2015) defende a autoconstrução coletiva enquanto forma de remodelagem das relações de produção, como no caso da Usina, uma vez que:

Os projetos são debatidos por todos os interessados, há constante interação entre equipes, diluição de hierarquias, participação de profissionais que assim se qualificam, atenuação da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre condutores e conduzidos; há submissão do partido técnico, da ideia construtiva de material, às capacidades dos produtores, eliminação de propostas perigosas ao trabalho, de produtos nefastos à saúde, etc. (FERRO, 2015, p. 91).

É preciso ter consciência, no entanto, de que esta remodelação não se faz por completa. Apesar de muitos dos processos serem contra paradigmáticos, parte dos trabalhos em mutirões ainda conta com a mão-de-obra civil tradicional em paralelo à participação da mão-de-obra dos mutirantes, o que não configura em uma desconstrução completa do modelo tradicional arraigado aos canteiros de obra.

Os mutirões, portanto, são laboratórios experimentais a serem trabalhados e analisados e não podem, nem devem ser colocados enquanto modelo de políticas habitacionais universal, visto que se caracterizam enquanto um contrapoder, uma alternativa aos processos do sistema capitalista, só sendo possível tornar-se um modelo no caso de uma transição revolucionária (VILAÇA; CONSTANTE, 2016).

Por essa razão, os processos autogestionários podem – e devem – assumir contradições. Ao construir ações independentes do Estado no que diz respeito à produção, entretanto, com o emprego de recursos públicos, o movimento torna-se indutor de um novo poder, que externaliza as deficiências impostas pela esfera pública no país. Vilaça e Constante (2016) defendem essa postura a partir da noção de que “se um programa de reformas está impedido de se realizar na periferia do capitalismo, o ceticismo em relação ao papel do Estado como *locus* da transformação social parece o mais apropriado” (p. 96).

A ideia da autogestão, enquanto tema político, esteve incorporado nas teorias e práticas anarquistas e comunistas no decorrer da história do capitalismo como forma de organização contrária ao sistema. No cerne dessas ideias, a organização da produção pautada na autogestão sempre esteve arraigada a um padrão de cooperativa. Não obstante, os mutirões, apesar de partirem de lógicas similares, possuem especificidades, como mencionado por Vilaça e Constante (2016).

A associação de trabalhadores envolvida nos mutirões produz uma mercadoria *suis generis*, ou seja, para subsistência. Ao contrário das empreiteiras, a produção dos mutirões não está pautada no valor de troca do mercado e também difere das cooperativas de construção, uma vez que estas são submetidas às leis de concorrência. Por essa razão, o confronto dos mutirões não se dá de maneira direta ao mercado, mas sim com o Estado, exigindo e fazendo uso de um fundo público, numa disputa pela apropriação da riqueza social, no qual o produto se destina diretamente aos seus produtores (USINA, 2015). Desse modo, é possível diferenciar o mutirão das cooperativas essencialmente pelo caráter da organização de trabalho, denominado efêmero segundo a Usina. O *locus* da produção, ao final do mutirão, torna-se *locus* da reprodução da força de trabalho. Apesar de se apresentar enquanto uma alternativa aos modos de produção capitalista, não intenta ser uma “alternativa continuada ao assalariamento” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p. 99) e, essa distinção se faz essencial para a compreensão de suas possibilidades e também de suas limitações.

Tonucci (2020), aponta a prática do fazer-comum (ou *commoning*) como a única forma de se encontrar o *comum urbano* no âmbito da vida cotidiana, sob a perspectiva Lefebvriana. Para tal, ele destaca três conceitos explorados pelo filósofo que embasam essa teoria, sendo eles: o **uso**, a **apropriação** e a **autogestão**.

Lefebvre, ao restaurar a teoria de valor de uso e valor de troca de Marx, sugere que:

A ciência do espaço poderia ser uma *ciência do uso*, interessada na materialidade, na qualidade sensível e na naturalidade das coisas, desde que enfatizada a *segunda natureza* (o espaço produzido). Esta ciência daria o merecido relevo à apropriação e ao uso em oposição à troca e à dominação (2013, p.400 *apud* TONUCCI, 2020, p. 380).

Essa abordagem propõe uma nova forma de encarar os ‘bens naturais’ e os ‘elementos’, tais como água, ar, luz etc. Uma vez que, na sociedade de consumo contemporânea, os bens produzidos passam a ser cada vez mais abundantes, ocorre uma inversão no âmbito desses bens naturais e elementos, que se tornam cada vez mais “raros” e escassos. Para Lefebvre, a busca por esses recursos naturais em escassez tende a reabilitar (mesmo que potencialmente) a importância do uso frente à troca. A natureza torna-se, portanto, **fonte de valor de uso**. Dessa forma, ele considera que o “bem supremo entre os bens é o tempo-espaço, e que não se deve mais separar de forma arbitrária o espaço produzido (segunda natureza) do espaço primeiro da natureza, matéria e matriz de toda produção” (LEFEBVRE, 2013, p.383 *apud* TONUCCI, 2020, 381).

Lefebvre defende que o valor de troca não é capaz de fazer desaparecer por completo o valor de uso. A **apropriação**, nesse sentido, assume um papel importante, uma vez que se manifesta com uma postura contrária à propriedade. A apropriação defendida por ele diz respeito ao potencial criativo próprio do sujeito, em direção à desalienação, a apropriação do espaço e de bens comuns com o intuito de produzir obras, em detrimento de produtos (TONUCCI, 2020).

Conforme explorado anteriormente, convém associar esse ponto de vista lefebvriano acerca do conceito de apropriação com o que Vittorio Gregotti (1975) define como território da arquitetura, a fim de compreender de que forma a produção da habitação, por meio da autogestão e da ação desalienada do sujeito no território, pode forjar novas formas de pensar as cidades em uma lógica contra hegemônica. Para Gregotti, a natureza (tratada em seu ensaio com maior ênfase na geografia) serve como matéria formal para a arquitetura, que por sua vez, tem o potencial de revelar e exaltar a essência do meio natural através da tectônica e do seu “gesto” no ambiente. Tanto a perspectiva de Lefebvre quanto a de Gregotti apontam para uma produção do espaço pautada na ação humana sob a intenção do habitar, que não se trata de mera abstração, mas subentende a experiência do vivido. Essa produção possui, portanto, significado e a natureza, nesse sentido, enquanto

matéria dessa ação, não está subordinada a um papel de exploração como na produção capitalista, assim como também não é tratada meramente como simulacro de preservação. Apropriar-se do espaço é, segundo Lefebvre (*apud* TONUCCI, 2020) construir a segunda natureza. A natureza modificada, desempenhando um papel de figura (ou seja, dotada de um significado), é capaz de estratificar camadas de história e estabelecer uma comunicação não-verbal sobre os sujeitos (GREGOTTI, 1975) capaz, portanto, de revelar subjetividades que são normalmente apagadas pela lógica homogeneizadora do sistema.

Para Lefebvre (2009 *apud* TONUCCI, 2020, p.385), portanto, “apenas através da **autogestão** podem os membros de uma associação livre tomar o controle de suas próprias vidas, de modo que elas se tornem sua obra [...] isso também é chamado de apropriação, desalienação”. A autogestão, rompe com a ideia de que entre binômio Estado x Mercado não há nada, uma vez que restaura a predominância do valor de uso contra o mundo do consumo, sem, no entanto, negligenciar as leis que coordenam o meio capitalista. Ela é capaz de coexistir entre ambos por meio de um planejamento democrático segundo o qual todas as necessidades sociais priorizadas sejam formuladas e controladas por aqueles que possuem uma real participação nelas (TONUCCI, 2020).

2 A experiência do Mutirão Paulo Freire

Este capítulo se propõe a estudar a experiência do Mutirão Paulo Freire enquanto um estudo de caso em diversas frentes nas quais as práticas da autogestão e do fazer comum podem servir de exemplo para experiências atuais e futuras. Os processos metodológicos aqui aplicados se dão por meio de um levantamento bibliográfico, a título de retomada histórica, articulado com relatos obtidos por meio das entrevistas realizadas com mulheres que fizeram parte do mutirão e sua liderança. Após mais de duas décadas de luta e história, também está relatado aqui o cenário atual da Paulo Freire.

Durante o processo da pesquisa qualitativa foram realizados três “encontros” com as participantes selecionadas como amostra, segundo os critérios estabelecidos para a pesquisa qualitativa. No primeiro deles, no dia 28 de dezembro de 2022, foi realizada uma visita ao Conjunto Paulo Freire mediada por uma das participantes da pesquisa, aqui denominada “Entrevistada 1”, que esteve durante todo o processo de reivindicação, projeto e construção da Paulo Freire, sendo também uma de suas lideranças. Durante essa visita, foi realizada uma entrevista individual semiestruturada – na qual o roteiro de entrevista colocado em anexo serviu como base para algumas questões importantes, permitindo ainda que a entrevistada pudesse fazer seu relato de maneira mais livre.

No segundo “encontro”, realizado no dia 31 de janeiro de 2023, participaram da amostra quatro entrevistadas que fizeram parte do Mutirão Paulo Freire e uma entrevistada do Mutirão Unidos Venceremos (localizado no terreno ao lado). Durante esse “encontro”, feito virtualmente, utilizou-se uma adaptação do método de pesquisa qualitativa intitulado “grupo focal”.

O grupo focal é um instrumento de pesquisa participativa que consiste em uma forma de entrevista em grupo com base na comunicação e na interação (KITZINGER, 2000 *apud* TRAD, 2009) que tem por objetivo estabelecer um reunir informações acerca de um tema foco com “representantes” do grupo investigado com o intuito de compreender percepções, crenças e/ou atitudes sobre esse tema. Os grupos focais podem ser também encarados, de acordo com Flick (2002, p. 128 *apud* TRAD, 2009) como um “protótipo da entrevista semiestruturada”. Na mediação de um grupo focal, além dos participantes

da amostra, deve-se considerar: 1- um moderador, responsável por recepcionar e conduzir para os tópicos abordados, além de aprofundar assuntos e mediar as participações; 2- um observador, que irá descrever as reações e 3- um relator, que anotará aspectos, informações e relatos de maior interesse. Um dos pontos principais desse instrumento se dá pela quantidade de encontros suficiente para gerar uma saturação das alternativas de respostas (VEIGA; GONDIM, 2001 *apud* TRAD, 2009).

Neste trabalho, o instrumento de grupo focal foi adaptado por algumas questões inerentes ao grupo estudado. Em decorrência da disponibilidade do grupo e da compatibilização de agendas, não foi possível ultrapassar dois encontros. No dia 31 de janeiro de 2023, além das cinco participantes, o grupo contou com um moderador/relator e um observador. Os temas abordados foram no sentido de questões ligadas à participação feminina no canteiro de obras, a experiência no mutirão, o cotidiano no movimento e o tema do feminismo.

O último “encontro”, também realizado virtualmente, foi no dia 11 de setembro de 2023 e a adaptação do grupo focal contou com a presença de três participantes do grupo amostral, bem como um moderador/relator. Essa reunião aconteceu após a oficina de *photovoice* descrita mais detalhadamente no capítulo 3 deste trabalho e teve como principal intuito propor reflexões acerca da possibilidade de pensar uma agenda territorial feminista.

Neste capítulo, alguns relatos obtidos nessas dinâmicas estão expostos em interlocução com as revisões bibliográficas abarcadas com o enfoque no percurso histórico da Associação Paulo Freire e sua construção. Na última parte deste capítulo optou-se por utilizar fotografias colhidas na oficina de *photovoice*, com o intuito de ilustrar os novos caminhos e desafios do Conjunto Paulo Freire e seu contexto de luta nos dias atuais.

2.1 O surgimento do Programa de Mutirões na Prefeitura de São Paulo

Durante o período compreendido entre os anos 1989 e 1992, na gestão da Prefeita Luiza Erundina em São Paulo, foi implantado o Programa de Mutirões, que visava a construção de habitação popular por meio de mutirões autogeridos. Essa prática tem como principal

intuito baratear o custo da construção, uma vez que desvincula todo processo de grandes empreiteiras e utiliza mão-de-obra dos próprios moradores.

A criação do programa está inserida em um contexto de desigualdade social, redemocratização do país, predominância da população urbana e reivindicação popular pelo direito à cidade. Em 1985, a pobreza no Brasil englobava 41% da população, sendo 55% delas vivendo em cidades e 18% em áreas metropolitanas (SANTAGADA, 1990). O final dos anos 1980 é marcado, por esse ângulo, pela mobilização popular crescente. Diversos movimentos sociais nascem nesse período para colocar em pauta a questão da moradia e da necessidade de distribuição mais justa dos acessos.

Enquanto esperava-se do poder público respostas rápidas para as demandas da população, ações coletivas possibilitavam atender essas necessidades por meio de práticas autogeridas. Destaca-se, nesse sentido, a experiência pioneira do projeto “Vila Nova Cachoeirinha”, autoconstrução assistida de 1981, influenciada pelas “*Cooperativas de Ayuda Mutua*” uruguais (RODRIGUES, 2006). Segundo Rodrigues (2006), além de prover habitações de qualidade superior, um dos ganhos do projeto Vila Nova Cachoeirinha foi a abertura de “espaço para a institucionalização dos processos autogestionários de produção de moradia dentro do governo municipal” (2006, p. 37).

A eleição de Luiza Erundina se deu, em grande parte, pelo apoio de movimentos de luta por moradia. Como resposta, portanto, a política habitacional proposta em seu governo era pautada na participação social, o que definiu o viés da atuação da Superintendência de Habitação Popular (HABI). O HABI priorizava o atendimento de famílias organizadas em associações e movimentos (RODRIGUES, 2006). Dessa forma, segundo Albuquerque (2006), não se pode confundir os mutirões autogeridos da gestão Erundina (1989-1992) com a verticalização de favelas, como ficou conhecido o posterior projeto do Cingapura, iniciado na gestão Maluf (1993-1996). Os conjuntos viabilizados pelo Programa de Mutirões, ao contrário, não eram destinados a uma favela específica, mas aos movimentos e organizações e em terrenos adquiridos para esse fim.

Ao final de seu mandato, Luiza Erundina não foi reeleita. A Secretária de Habitação, assumida na gestão seguinte pelo Prefeito Paulo Maluf, estava organizada para viabilizar a construção por meio de mutirões, com uma série de projetos com contratos assinados. No entanto, o encerramento do Programa e a criação do Prover/Cingapura estabeleceram

uma mudança abrupta na política pública de provisão habitacional (ALBUQUERQUE, 2006). Essa diferença não se restringe somente a questões arquitetônicas, mas especialmente no que se refere ao processo da construção. O Programa do Cingapura é um retorno ao modelo hegemônico de construção massiva ordenado segundo a lógica do mercado, que advém do BNH.

De acordo com os idealizadores do Projeto Prover/Cingapura, uma de suas inovações é a intervenção nas favelas garantindo a permanência da população em uma mesma área envoltória. O documento oficial se apresenta enquanto crítica às políticas de urbanização de favelas anteriores. No entanto, conforme apontado por Albuquerque (2006, p. 123), o documento oficial do programa deixa claro que a verticalização não garante a permanência dessas famílias, devido “grande adensamento de muitas destas favelas, notadamente daquelas localizadas nas áreas mais prósperas da cidade, [que] não permite soluções com a manutenção de todos os moradores na mesma área originalmente ocupada” (PMSP/SEHAB, 1996c, p. 1 *apud* ALBUQUERQUE, 2006, p. 123).

2.2 Fundação da Associação Paulo Freire

Nesse contexto urbano controverso, marcado pelo conservadorismo político, e pelo neoliberalismo, é fundada, em 1999, a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, exemplo simbólico da luta por moradia e da aprendizagem decorrente da autogestão. O processo do mutirão, desde a formação da associação até a entrega dos apartamentos, perdurou por dez anos, evidenciando diversas disputas inerentes à expansão e ao planejamento da cidade, bem como a importância da ação coletiva na construção da luta por direito à cidade (VILAÇA; CONSTANTE, 2016).

Conforme descrito por uma das participantes entrevistadas, aqui denominada como “Entrevistada 1”, a Associação foi formada por cem famílias, oriundas dos grupos de base articulados pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra Leste 1, vindos de diversas regiões da Zona Leste de São Paulo, como São Mateus, Cidade Tiradentes, Belém etc.

A necessidade de criação de uma associação tinha uma razão, em primeira instância, burocrática. A fim de viabilizar o prosseguimento da obra, recebimento dos recursos, prestação de contas, encargos etc. as Associações precisam abrir um CNPJ próprio, assim

como conta no banco. Após essa formação, as próprias famílias eram responsáveis por administrar essa empresa e garantir o andamento da obra, sob o apoio e direcionamento da Leste 1 (ENTREVISTADA 1, 2022).

A Associação Paulo Freire foi o primeiro grupo a assinar o contrato para uma obra de cem apartamentos com projeto autogerido, desde a criação e o encerramento do Programa de Mutirões promovido pela gestão da prefeita Luiza Erundina, em 1992 (VILAÇA; CONSTANTE, 2016). Esse fato evidencia a força que os movimentos sociais passaram a ter naquele momento, em uma retomada das lutas populares pela garantia do direito à cidade.

A experiência do Mutirão Paulo Freire, seja do ponto de vista dos técnicos envolvidos, ou dos mutirantes, incorpora um vasto exemplo de “pedagogia da práxis” (VILAÇA; CONSTANTE, 2016) uma vez que o processo da autogestão engloba desde a participação na co-criação do projeto, até a instância última de definição de regras condominiais. O conhecimento obtido – assim como o conhecimento gerado – por todos os envolvidos torna esse tipo de iniciativa uma experiência alternativa ao modo tradicional de condução da construção civil e das políticas habitacionais nas esferas públicas. O caráter participativo é inerente ao processo autogestionado e, nesse caso específico, simbólico no que diz respeito à participação feminina e seu papel enquanto sujeito ativo. O Mutirão Paulo Freire, como relatam arquitetos e mutirantes envolvidos, teve um importante protagonismo de mulheres, nas mais variadas funções.

A construção civil no Brasil reflete a desigualdade de gênero em praticamente todos os âmbitos, do escritório de arquitetura e engenharia ao canteiro de obras. Algumas arquitetas integrantes do grupo de assessoria técnica do Mutirão Paulo Freire⁹ relatam situações em que seus conhecimentos ou capacidades técnicas foram questionadas por empreiteiros e até mesmo mutirantes homens (VILAÇA; CONSTANTE, 2016). Nesse sentido, cabe às mulheres reivindicarem ainda mais seu espaço enquanto agentes capazes e ativos na divisão de funções.

Seguem alguns depoimentos que são representativos da experiência vivida:

⁹ A assessoria técnica escolhida como parceira para o projeto junto à Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, sob orientação do Movimento Leste 1, foi a Usina CTAH, fundada em 1990.

Rose comenta que Valdir, liderança antiga do movimento, gostava de falar que “as mulheres estão evoluindo muito e tomando a frente”. O fato de as mulheres assumirem funções organizativas e políticas permite que a experiência avance. Essa também é uma grande diferença com a obra tradicional da empreiteira e seu canteiro masculino. Esse imaginário se estende inclusive às arquitetas na obra: empreiteiros queriam falar só com arquiteto homem, engenheiro de preferência, e mesmo os mutirantes homens tinham desconfiança de sua capacidade, no início. Durante anos, a administração compartilhada entre associação e assessoria foi predominantemente feminina, com Rose, Cris, Bia, Helô e Jade - de homem só havia o Pedro e o Djalma. Cristiane relata que fornecedores, empreiteiros e até fiscais insistiam perguntando “Quem toma conta da obra?” e se surpreendiam que eram mulheres. Mulheres na administração, na cozinha, no cuidado das crianças, mas também subindo paredes, armando e concretando lajes, montando kits hidráulicos etc. (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p.128).

A Associação Paulo Freire, como já mencionado, emerge de um cenário de ascensão da luta por direito à cidade iniciado no final dos anos 1980. O primeiro aprendizado dessas pessoas, segundo relato da assessoria técnica Usina, foi compreender a necessidade de reconhecimento coletivo e participação ativa em reuniões e ações (como ocupações, manifestações, reuniões com o poder público etc.) do movimento de luta por moradia. Essa postura militante (e combativa) possibilita romper barreiras entre os agentes em disputa na cidade, tornando, por consequência, os conflitos urbanos mais acirrados e evidentes, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de se aprofundar o diálogo, de se pactuar novos acordos. Por essa razão, a organização da Associação tomou a frente de diversas ações, criando uma organização sólida e com responsabilidades cada vez maiores. É nesse sentido que o protagonismo feminino ganha destaque.

Desta inserção e participação, novas lideranças emergem e em sua maioria representada pelas mulheres, que demonstraram um movimento de superação da opressão doméstica e de gênero, aspecto enraizado e muito forte entre as classes populares. Nesta construção conjunta há uma mudança qualitativa: passagem do momento da reivindicação para o da cooperação consciente. Como enfatizou Rose, uma das coordenadoras do processo, ao dizer em entrevista “eu sou o movimento”, e expressar uma identidade que se construiu coletivamente. E não é por acaso que as mulheres são maioria entre os participantes no mutirão, na organização, nos grupos de trabalho e na coordenação, já que assumem para si os processos sociais da obra (VILAÇA; CONSTANTE, 2016).

Atualmente, com o Minha Casa Minha Vida Entidades, o processo burocrático funciona de forma diferente. O programa exige um CNPJ com prévia experiência para a administração da obra. Por essa razão, cada novo mutirão não pode mais abrir sua própria empresa e se articular de maneira mais independente, pois é preciso que fiquem

vinculados ao CNPJ do movimento regional do qual fazem parte (ENTREVISTADA 1, 2022). Esse modelo, no entanto, acaba concentrando todo o processo final a uma única entidade, que aglutina todos os mutirões existentes em sua região. Por mais que a organização interna permaneça de responsabilidade das associações de cada mutirão, há uma carga maior de responsabilidade por parte da entidade em garantir que cada processo esteja em conformidade dentro de cada obra, como um “guarda-chuva”, a fim de não comprometer o CNPJ existente. Isso por que, cada pequeno processo ou contestação que venha a existir em uma obra pode “congelar” a entidade responsável de iniciar outras novas. Pode-se dizer, portanto, que isso rompe de certa maneira com a horizontalidade ideária do movimento e a autonomia de cada Associação. Um ponto também levantado pela Entrevistada 1 é de que, até o momento da entrevista, o programa permitia um limite máximo de mil unidades por entidade, outro ponto que pode ser considerado limitador. No caso da Zona Leste, por exemplo, por se tratar de uma região geograficamente extensa, esse número pode não suprir as necessidades do grupo.

2.3 O processo projetual e a experiência autogestionária

Entre o período de 1999 a 2001, as ações da Associação Paulo Freire, em conjunto com a Usina, foram focadas no plano reivindicatório e de resistência, que consistiram desde atos/manifestações, negociações com a Prefeitura e ocupações. A Associação pleiteou, durante todo esse processo, o direito pelo projeto próprio. Essa vontade conflitou diretamente com o modelo habitacional da Secretaria de Habitação que preconizava a construção do conjunto de acordo com a tipologia do Cingapura (Prover), uma vez que o terreno destinado à Associação, a princípio, fazia parte do Conjunto Inácio Monteiro – no qual já existiam conjuntos do Cingapura construídos (VILAÇA; CONSTANTE, 2016).



Figura 1. Manifestação da Associação Paulo Freire – Catedral da Sé, centro de São Paulo. Fonte: USINA CTAH. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire?ad_medium=gallery>

O modelo tradicional de produção habitacional, presente também nas tipologias do Prover/Cingapura, reforça aspectos já abordados que fazem parte de um modo autoritário e hierárquico de produção do espaço, com decisões tomadas “de cima para baixo”, representando um “projeto de massa” que anula a possibilidade de construção de um ambiente diverso que possibilite o habitar e a capacidade criadora.

A ocupação do terreno, como forma de garantia de sua posse, ocorreu entre novembro e dezembro de 2000. Com a construção de um barracão de madeira, o processo de projeto pôde, assim, ser feito no próprio terreno – o que pode ser entendido como uma vantagem do ponto de vista da experiência de autogestão e de co-projeto, uma vez que permite meios mais didáticos acerca do “pensar em conjunto”.

Segundo a Entrevistada 1, uma das ações de base da Leste 1 ao chegar em um novo lugar, após a conquista do terreno, é se apresentar ao bairro, explicando o que é o movimento, do que se trata a obra e criando um vínculo com as pessoas que já habitam aquele local. “A gente começa essa conversa com o bairro, para eles entenderem que a gente não veio aqui se apropriar do que já tem, mas que viemos inclusive para lutar para que tenham mais escolas, então a gente vem com essa proposta de incluir” (ENTREVISTADA 1, 2022). Segundo ela, o movimento sempre acaba articulando uma mudança real no lugar,

que vai além do projeto no terreno em si, mas de reivindicação de infraestruturas capazes de suprir as necessidades dessas novas famílias que estão chegando, bem como das que já estão lá.

Quando a gente veio para cá, não tinha comercio, não tinha rua, não tinha o CEU. E a gente já sabia dessas construções por que o pessoal da USINA estava fazendo parte daquele projeto bairro legal, da Marta. E aí eles também sugeriram para que o CEU fosse ali, então a gente já sabia das coisas que iam acontecer no bairro e aí isso é legal para a gente trazer para quem está aqui, que a gente está envolvido nesses lugares (ENTREVISTADA 1, 2022).

Isso demonstra um entendimento e preocupação sobre o território que é inerente de quem está inserido nesse cotidiano. O que muitas vezes não observamos nos projetos habitacionais tradicionais.

Nós temos uma coisa de **apropriar**, mesmo. A gente se apropria tanto da construção quanto do lugar, para que as pessoas venham morar e fiquem morando, não que só seja um lugar de passagem, por que a gente via muito isso aqui nesse Cingapura do lado, em que tiram as pessoas dos lugares que elas estão e colocam aqui sem nem fazer um trabalho com essas pessoas. Elas ficam? Não! (ENTREVISTADA 1, 2022).

Segundo a Vilaça e Constante (2016), a metodologia de projeto consistiu em quatro rodadas diversas de discussão, que abarcaram desde exercícios mais subjetivos como “memórias do morar” até outros mais práticos como o estabelecimento de relações entre usos e espaços, característica fundamental para o exercício da arquitetura tanto quanto os aspectos sociais.

A partir dessas discussões, a etapa seguinte, de elaboração de desenhos, também foi conjunta. Embora as proposições tenham sido elaboradas pelos técnicos em um primeiro momento, a apresentação de cartazes com desenhos na escala 1:10 e artifícios como paredes e mobiliários independentes que poderiam ser alterados de acordo com o decorrer da reunião, por meio de votações, estabeleceu um modo horizontal de co-projeto, possibilitando a participação dos futuros moradores em todas as etapas.

Aqui tem 14 apartamentos que têm três quartos por que foi pedido das famílias que na época estavam aqui e tinham um menino e uma menina e diziam que preferiam que fosse menor, mas que separe; ou que tinha muita gente e mesmo que fosse pequeno, conseguiam colocar um beliche. Então tem esse olhar, esse cuidado de ouvir quem vai morar. Então é diferente de quem está construindo lá e não sabe nem quem vai morar [...] É muito complicado você não ouvir de fato e isso é o diferencial dos mutirões. Ouvir quem vai morar. Tem também uma expectativa das pessoas de participar, de construir aquilo. Tanto que os

mutirões cada um é de um jeito, por que ele é feito para aquelas famílias que estavam ali com aquela proposta. E tem outro envolvimento que é importantíssimo para criar laços, para resolver sua qualidade de vida. E isso que eu acho bem legal nos mutirões. E eles são diferentes, por que as pessoas são diferentes (ENTREVISTADA 1, 2022).

A última etapa de projeto, direcionada à decisão da volumetria do conjunto, teve como ferramenta de discussão uma maquete física:

As famílias consideraram que os prédios estavam muito próximos e que não havia espaço para praças e parquinhos para as crianças, insolação e ventilação adequadas. De fato, havia um problema. O terreno conquistado previa a construção de cem apartamentos de 42 m² no padrão Cingapura, e estávamos propondo as mesmas cem unidades, mas com uma área construída um terço maior. Chegamos a um impasse: ou reduzíamos o tamanho das unidades ou reduzíamos o número de famílias, ambas hipóteses rechaçadas pela maioria em assembleia. Mais de um mês se passou até a assembleia seguinte, quando a Usina trouxe uma solução (muito debatida no escritório), a princípio olhada com desconfiança pelas famílias. Um dos prédios seria retirado do seu local para dar lugar a uma praça arborizada, com arquibancada, e seus apartamentos seriam “pendurados no ar”, entre os outros prédios, formando pórticos (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p.121).

Essa solução pressupôs a adoção de um sistema construtivo diferente do padrão utilizado em habitações de interesse social, normalmente feitas em blocos estruturais autoportantes. O aço foi o material adotado para permitir essa estrutura independente. Esse fator beneficia, ainda, a qualidade espacial das tipologias, uma vez que permite a flexibilidade por meio das plantas livres.

Havia ainda um sentido simbólico, de utilizarmos uma tecnologia empregada comumente em obras caras, prédios de escritórios, fábricas e shoppings no Brasil, agora para outra finalidade, a moradia do trabalhador, seguindo outra racionalidade. Era uma declaração de que não havia tecnologias inacessíveis aos trabalhadores auto-organizados – e ao trazê-las do campo do capital para nosso canteiro, elas também mudariam de sentido e forma. O objetivo era garantir a qualidade da moradia popular, a ampliação das áreas coletivas, a redução do esforço braçal e a preservação do corpo do trabalhador, o ganho de tempo para que todos pudessem logo sair da sua condição de inquilinos ou de morar de favor (VILAÇA; CONSTANTE, 2016, p.122).

As obras tiveram início somente em setembro de 2003, com sua conclusão em novembro de 2010.



Figura 2. Estrutura metálica do Mutirão Paulo Freire em fase de construção. Fonte: USINA CTAH. Disponível em: < https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire?ad_medium=gallery>



Figura 3. Mutirão ainda em obras. Pode-se perceber o pórtico que permite a suspensão dos apartamentos. Fonte: USINA CTAH. Disponível em: < https://www.archdaily.com.br/br/767957/usina-25-anos-mutirao-paulo-freire?ad_medium=gallery>

O contexto político é fator importante para analisar o tempo de obra do Mutirão Paulo Freire, assim como os outros de forma geral. Embora o processo projetual seja horizontalizado, a obra acaba sendo refém de diversos fatores da estrutura capitalista e burocrática. Não se pretende aqui aprofundar esse tema, mas é de conhecimento comum

alguns dos problemas éticos envolvidos na construção civil tradicional brasileira, especialmente em se tratando de habitação de interesse social. A tentativa de enfraquecimento dos movimentos sociais é uma estratégia antiga de manutenção das estruturas capitalistas. A Entrevistada 1 relata, por exemplo, diversos momentos em que a obra sofreu paralisações ou sucateamentos em decorrência da imposição, por parte do poder público, de uma burocracia exacerbada (quando comparada com outras obras que não eram de mutirões).

O longo tempo de obra pode ser um fator de desmotivação para grande parte das famílias e, nesse sentido, o movimento tem um papel fundamental em resgatar e nutrir essa energia e esperança nos indivíduos. O canteiro de obras se mostra como lugar dessa renovação, e também de um despertar para diversas outras camadas da vida cotidiana.

É o individual que fortalece o coletivo e vice-versa. Por que vão somando as experiências e o canteiro é um lugar legal para isso, por que você está trabalhando o dia inteiro com a pessoa e cria vínculos de confiança mesmo. Até coisas que chegavam para a coordenação e a gente conseguia fazer trabalhos de direito das mulheres, de formação de renda. Muita gente desempregada, o que a gente pode pensar para trazer ideias para falarmos sobre isso. Então vamos trazendo temas que não são relacionados à obra diretamente, mas são relacionados à vida das pessoas. Então tudo que a gente ouvia demais, que estava gritante demais no grupo a gente trazia para uma discussão de como ajudar, de como pensar em trazer estratégias para fortalecer esse grupo (ENTREVISTADA 1, 2022).

Embora não se possa falar em uma desconstrução completa dos paradigmas presentes nos canteiros de obra tradicionais, visto que além do trabalho feito por mutirantes aos finais de semana, as obras também contam com mão-de-obra assalariada durante a semana, esse processo de troca incorporado ao dia a dia da obra aponta para um horizonte real de emancipação.

A presença predominantemente feminina também é um ponto levado em consideração pelo movimento. A presença de mulheres nos canteiros, muitas vezes sozinhas, e sem a possibilidade de ter com quem deixar seus filhos torna fundamental a existência de uma rede que apoie e cuide dessas crianças. Um dos grupos da Associação, sob a supervisão de educadoras, era responsável por ficar com as crianças. Esse grupo, na época intitulado “as cuidadoras” e hoje denominado de “ciranda”, dentre outros nomes, sempre procurou estabelecer, além das atividades de entretenimento, um diálogo continuado com elas, explicando as razões para estarem ali e a motivação do trabalho que estava sendo

desempenhado por suas mães (ENTREVISTADA 1, 2022). Essa rede de apoio torna possível que a presença dessas mulheres tenha frequência e segurança.

A experiência do Mutirão Paulo Freire possibilita uma série de discussões valiosas para este trabalho. A experiência autogestionária – desde a reivindicação da terra, do direito ao projeto próprio, até a elaboração do projeto em conjunto e a construção da obra – permite vislumbrar um horizonte de ações propositivas em vista de uma alternativa aos modelos impostos pelo mercado e as negligências à que o Estado submete a classe trabalhadora, mesmo que o processo tenha sido parcialmente dependente da iniciativa pública para seu seguimento.

A convergência entre os saberes técnico e prático do cotidiano de luta possibilitado pela experiência como um todo, caminha para uma aproximação da vida urbana defendida por Lefebvre (1969), na qual os conflitos permitem a construção de um novo conhecimento, exercido por meio da *práxis*, que contribui para a conscientização individual e coletiva dos sujeitos, bem como a assimilação de suas subjetividades, ao aproximar a produção do espaço da ótica do habitante e, principalmente, por reconhece-las enquanto parte fundamental desse novo espaço.

Nesse sentido, a libertação (ou emancipação) do oprimido, conforme a compreensão freiriana, se manifesta em diversos níveis. A participação feminina é significativa nesse sentido. O canteiro de obras é, por excelência, um ambiente hostil e fundado em bases patriarcais. A presença de mulheres, enquanto liderança e mão-de-obra ativa durante esse processo, permite desconstruir papéis pré-estabelecidos pela sociedade, despertando a autorreflexão, como definido por Ribeiro (2020).

2.4 Duas décadas de luta: a Associação hoje

Foi realizada uma visita, guiada pela Entrevistada 1, na Paulo Freire, em dezembro de 2022, e pôde-se notar o bom estado de conservação do espaço. Os espaços comuns são amplos e a distribuição volumétrica dos edifícios possibilita uma boa ventilação e insolação. As varandas, decorrentes das circulações comuns nos pavimentos são espaços vivos, tidos como ponto de encontro dos moradores e também utilizados como lugar de convivência. Grande parte das famílias que fizeram parte do mutirão permaneceram. Isso

reforça os vínculos criados durante a obra e estabelece uma relação de vizinhança muito mais aproximada.



Figura 4. Conjunto Unidos Venceremos ao fundo, também da Leste 1. Foto autoral



Figura 5. Pátio. Foto autoral



Figura 6. Volumetria e disposição dos patamares em desnível, acomodados na topografia do terreno. Foto autoral



Figura 7. Varandas e circulação. Foto autoral

Uma recente conquista da Associação, em conjunto com a UMM-SP, diz respeito à instalação de energia solar no conjunto. O Instituto Pólis, que propõe um debate sobre a pobreza energética, desenvolveu um projeto de aplicação de energia fotovoltaica nos projetos da União e a possibilidade de começar uma cooperativa para desenvolver esse trabalho. Dentro dos projetos já em andamento, verificaram que a Paulo Freire se enquadrava nos parâmetros estudados, por conta da cobertura, da dimensão do projeto etc. a nível de experimentação, em parceria com o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Foram conquistadas 38 placas que, a princípio, serão utilizadas como energia alternativa para as áreas comuns do conjunto.

A finalização da colocação das placas ocorreu no final de maio de 2023 e com um mês de instalação já representou uma economia considerável. A conta de luz das áreas comuns, com a energia convencional, que antes era em média de R\$4000,00 teve seu valor total de R\$700,00 no mês de julho. Trata-se de uma economia significativa e aponta para um tema de extrema relevância no debate da habitação social.

Esse ainda é um projeto embrionário, construído por meio de oficinas participativas e que necessita de estudos de viabilização, especialmente por conta do alto custo das placas.



Figura 8. Foto enviada pela Entrevistada 2 para oficina de *photovoice*. Café da manhã preparado para recepção da oficina de energia solar



Figura 9. Foto enviada pela Entrevistada 2 para a oficina de *photovoice*. Fonte original: Instituto Pólis

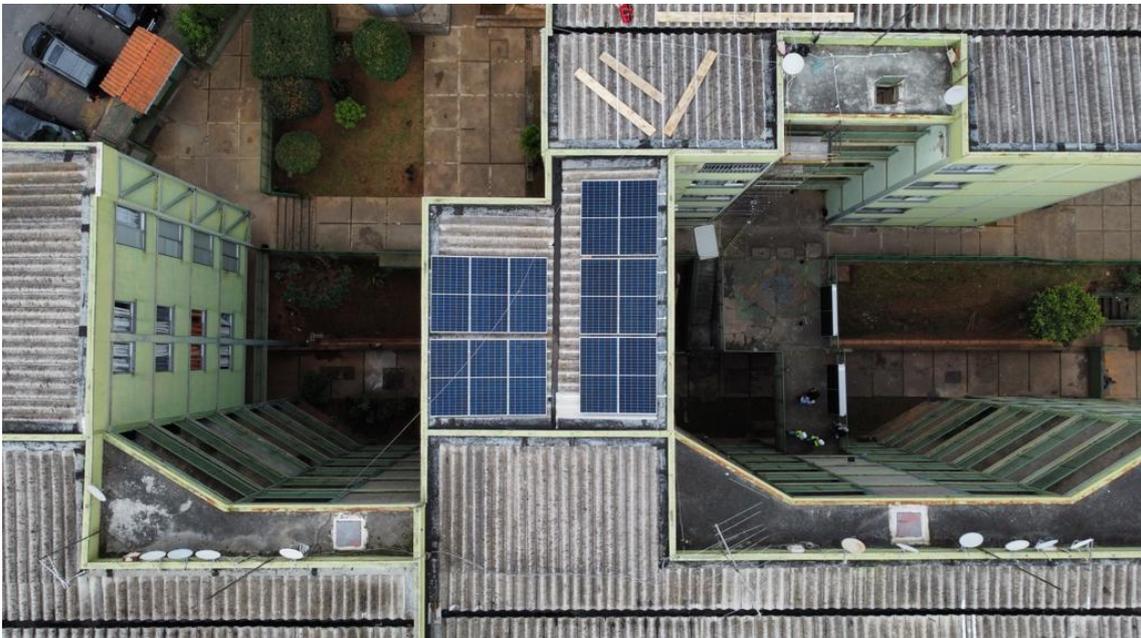


Figura 10. Foto enviada pela Entrevistada 2 para a oficina de *photovoice*. Fonte original: Instituto Pólis

As mulheres entrevistadas neste trabalho fizeram parte da coordenação da Associação Paulo Freire e, mesmo com a obra finalizada e sua habitação garantida, não deixaram de desempenhar um papel ativo no movimento de luta por moradia. Com o final da obra do mutirão, passaram a auxiliar na articulação de outros mutirões, por meio da experiência obtida em suas vivências. Esse aspecto retrata um ponto fundamental do que vem sendo abordado por este trabalho, no que diz respeito ao *comum*. O senso coletivo de atuação no território não é meramente pontual, momentâneo. Sua atuação compreende um olhar abrangente do contexto em que se situa, de forma que a conquista individual não se sobrepõe à coletiva e o conhecimento obtido através da *práxis* é repassado para outros sujeitos, em especial outras mulheres, como forma de continuação da luta, manutenção dos direitos já obtidos, garantia de novos direitos e postura combativa frente à imposição incansável do capital.

3 Protagonismo feminino e feminista no território

3.1 Organizações e experiências

O conceito do *comum urbano*, como uma nova dinâmica de gestão coletiva abrange uma lógica de sentido social orientando o serviço público para uma gestão comum e solidária, que constrói percursos alternativos, em concomitância com o exercício do poder institucionalizado pelo capitalismo. Enquanto um princípio político, como aponta Marino (2018), a questão dos comuns não se limita aos espaços ou bens públicos, mas corresponde a “itens que executam uma função essencial na vida coletiva” (MARINO, 2018, p.172). No entanto, no âmbito das periferias e do espaço autoconstruído, a autogestão já é uma realidade inerente à luta por sobrevivência. A necessidade torna crucial a adoção de práticas sociais independentes do valor de uso ofertado pelo Estado, que na maioria das vezes não favorece essa parcela da população. Dessa forma, a noção de comunidade é fortalecida por meio das redes de solidariedade que se criam, especialmente entre mulheres, como já citado anteriormente. Essas mulheres, como bem estabelece Alana Moraes (2018), em um processo de produção de subjetividades, desconstruem as fronteiras que apartam as variadas esferas de suas vidas e fabricam possibilidades de resistência, como forma de ressignificar os papéis de gênero impostos pelo patriarcado.

O estudo abordado por Moraes (2018) diz respeito às subjetividades femininas presentes no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A abordagem da autora parte do anseio em compreender o comum urbano enquanto prática possível na luta feminina por sobrevivência, mas especialmente por espaço político no contexto de opressão e silenciamento no qual estão inseridas. Os relatos documentados por ela retratam a importância do posicionamento ativo dessas mulheres na rede solidária que estabelecem ao se identificarem com o outro enquanto parte de um coletivo mais amplo. O ensaio elaborado por Moraes (2018) evidencia as relações produzidas no cotidiano de luta por moradia como uma possibilidade de contraposição ao sistema capitalista e suas imposições generalizadoras e desiguais.

O MTST, enquanto movimento, contribui de maneira importante para a construção de uma gestão comum. Um exemplo de ação são as “Cozinhas solidárias”, projeto que nasceu em meio à pandemia com o propósito de ajudar a combater a fome durante esse período de crise¹⁰. Além da produção das refeições, os alimentos também são produzidos no espaço, em hortas orgânicas. Um dos pontos principais do projeto é o fato de que há uma proposta de conscientização política e social atrelada à alimentação, visto que cada cozinha se dispõe a ser um espaço para rodas de conversas, orientações e socialização. A participação feminina em espaços como esse se dá por diversas razões. O cuidado está atrelado ao papel feminino, inevitavelmente em decorrência dos padrões estipulados pela sociedade. No entanto, as mulheres assumem posições de liderança nesses projetos, para além do serviço doméstico atrelado a ele. O cuidado, nesse sentido, engendra mecanismos para ações coletivas de maior alcance, com mobilizações palpáveis capazes de alterar uma realidade, independentemente da conjuntura e possibilitando criar novas centralidades na organização do movimento.

Outras ações similares podem ser abordadas, como as “Padarias comunitárias” do Paraná, que fazem parte do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA). Essa iniciativa surgiu em 1996 por meio de um grupo de mulheres preocupadas com as dificuldades dos moradores de um bairro em Curitiba. As padarias são formadas apenas por mulheres e seguem os princípios da economia solidária, no qual todas dividem igualmente custos e sobras. Além disso, as padarias servem como um espaço de acolhimento, conscientização, troca de conhecimentos, e aprendizado sobre gestão coletiva. As mulheres envolvidas desempenham um trabalho de emancipação feminina, por meio de conversas, “místicas” (rodas de reza, espiritualização) e capacitação, por meio de cursos e oficinas¹¹.

Segundo Michele Barrett e Roberta Hamilton (*apud* Castro, 2019), sujeitos políticos “são mulheres que escolheram como arena o domínio público, em que o *self* entremeia-se a um coletivo por meio de suas práticas” (p. 213-214). Estar no contexto da cidade, nesse sentido, representa para a mulher um campo de disputas muito mais acirradas quando

¹⁰ Apresentado por Ana Ribeiro, Coordenação nacional MTST, durante palestra “Comer como ato político: centralidade das cozinhas comunitárias na organização dos movimentos” para o curso de extensão “Autogestão e movimento social: o papel das mulheres nas lutas populares pelo direito à moradia”, realizado no período de 17/05/2021 a 05/07/2021.

¹¹ Apresentado por Rosalba Gomes Wisniewski, Rede de Padarias Comunitárias do Paraná, em palestra sobre “Redes comunitárias como prática de autogestão” durante o curso supracitado.

comparado ao que isso representa para o homem. No caso das mulheres, especialmente quando periféricas e expostas a condições de trabalho mais vulneráveis, estar na cidade não é suficiente enquanto conquista de direitos, uma vez que o lar ainda é enquadrado enquanto uma esfera privada, evidenciando a sobrecarga feminina na dupla jornada, como já mencionado.

Além disso, a questão financeira é um ponto central na esfera doméstica e as mulheres têm um papel central na administração da renda familiar, justamente por terem sido designadas ao papel do cuidado. Como aborda Lefebvre (*apud* TONUCCI, 2020), o capitalismo subordina também o tempo de não-trabalho aos modos de produção, por meio do consumo – o que leva a um cercamento da vida cotidiana. Nesse sentido, apesar de serem as mulheres, na grande parte dos casos, a terem maior consciência da relação entre o cotidiano e custo de vida, faz parte da lógica estrutural do sistema a imposição de uma alienação financeira. A educação financeira é, portanto, um modo de desalienação e de emancipação.

Dessa forma, podemos trazer à luz a experiência da “NoFront – empoderamento financeiro”. Trata-se de uma plataforma digital desenvolvida e gerida pela economista Gabriela Chaves e pelo planejador financeiro Rodrigo Dias. O intuito do projeto é promover o empoderamento financeiro da comunidade negra e periférica. Os cursos, voltados para a educação financeira e o consumo consciente, são articulados por meio de músicas de RAP (como Racionais MC’s, Emicida, entre outros), estilo musical que é considerado por eles como porta-voz da periferia.¹² Esse modelo de ação dialoga com a emancipação por meio da *práxis* cunhada por Freire, uma vez que incentiva o rompimento de um ciclo de consumo desorientado que beneficia os modelos hegemônicos e que reforçam a manutenção da desigualdade social por meio de uma linguagem que se aproxima do cotidiano dos sujeitos participantes. Dessa maneira, ao estabelecer uma reflexão horizontal, a partir da vivência e das subjetividades da comunidade, estabelece uma lógica contra-hegemônica do fazer-comum e da emancipação coletiva, que é especialmente importante ao tratarmos do recorte de gênero, uma vez que pode auxiliar mulheres em outros âmbitos da vida privada, como a possibilidade de romper com relacionamentos abusivos ou outros tipos de opressões que são tão comuns.

¹² As informações acerca do projeto foram retiradas do site oficial. Disponível em: <<https://www.nofront.com.br/>>. Acesso em: outubro de 2023.

Negro drama
Entre o sucesso e a lama
Dinheiro, problemas, invejas, luxo, fama

(...)

Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso?

Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata

(...)

O dinheiro tira um homem da miséria
Mas não pode arrancar de dentro dele a favela
São poucos que entram em campo pra vencer
A alma guarda o que a mente tenta esquecer

(Negro drama – Racionais MC's, 2002)

Portanto, a participação ativa nos movimentos sociais representa para essas mulheres, além da necessidade de luta por sobrevivência, um meio de emancipação e articulação de ideias. A autogestão, sob esse viés, possibilita meios de facilitar esse protagonismo feminino, uma vez que as coloca em uma frente de tomada de decisões e ações e, por essa razão, a abordagem do tema a partir do feminismo interseccional se mostra mais efetiva enquanto possibilidade de abarcar todas as nuances das desigualdades sofridas por mulheres e que de forma sua atuação no território pode influenciar nessa conjuntura. É notório o fato de que a luta feminina nas periferias parte de uma consciência diferente da luta feminista na academia e entre a classe média e, portanto, não é desejável descartar a capacidade de opressão que existe dentro do mesmo gênero. A luta por sobrevivência se sobrepõe a outras questões, especialmente ao se tratar de mulheres chefes de família. No entanto, sua experiência na mobilização e em ações do cotidiano produzem conhecimento tanto quanto a produção teórica. A reflexão produzida nesses canteiros e no cotidiano de luta, possibilita a essas mulheres, dentre muitos aprendizados, o reconhecimento de si mesmas enquanto sujeitos conscientes de sua realidade e combativos frente às mazelas enfrentadas no dia a dia.

3.2 A cidade sob o horizonte do habitar

O método do *Photovoice* foi desenvolvido por Caroline Wang e Mary Ann Burris (1997) e é considerado um tipo de pesquisa-ação participativa, no qual os participantes produzem e discutem fotografias produzidas por eles sobre sua vivência em um determinado grupo ou comunidade (TOUSO, et al., 2017). Enquanto prática baseada na produção de conhecimento, o *photovoice* possui três objetivos principais: permitir que as pessoas registrem e reflitam acerca dos potenciais e das problemáticas de sua comunidade, promover diálogo crítico e conhecimento sobre questões de relevância através de discussões sobre as fotografias, e alcançar mudanças políticas e sociais (WANG; BURRIS, 1997).

Os relatos aqui apresentados foram colhidos durante a oficina de *photovoice* realizada no dia 11 de setembro de 2023, em uma vídeo-chamada. Nesse caso, houve uma adaptação da metodologia tradicional, uma vez que as entrevistadas optaram por apresentar fotos existentes que eram simbólicas para elas. O tema para a seleção de fotos e posterior discussão foi definido, em conjunto, durante o grupo focal realizado no dia 31 de janeiro de 2023, por meio de uma vídeo-chamada. O tema escolhido: “dia a dia no movimento: o que te move a continuar”, abriu possibilidades para uma discussão a respeito do futuro do movimento e a importância da participação efetiva para a manutenção da luta.

Esse “encontro” contou com a participação de apenas três das cinco mulheres integrantes da amostra. Somente duas participantes reuniram e apresentaram fotografias durante a oficina, embora todas tenham contribuído com relatos acerca delas. Por se tratar de um grupo que já se conhecia previamente, os depoimentos trazem familiaridade entre si e acabam por se complementar em diversos momentos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a oficina contribuiu para a produção de reflexões, principalmente por permitir a interlocução com outros tipos de conhecimento, por meio do diálogo entre saber teórico e saber prático. A escuta atenta que a técnica de pesquisa participativa promove possibilita que diferentes “lugares de fala” possam construir uma reflexão conjunta que não se restringe ao conhecimento hegemônico da academia, pautado apenas na revisão bibliográfica, mas proporciona análises que partem de narrativas do cotidiano e de vivências capazes de motivar novas possibilidades de encarar e pensar a cidade a partir de seus sujeitos e suas subjetividades.

As fotos e os relatos aqui expostos tem como intenção estabelecer um diálogo com a fundamentação teórica abarcada por este trabalho, propondo uma reflexão sobre o papel da mulher na cidade e na luta da garantia e manutenção de direitos e espaços, bem como exemplificar como a construção de *comuns urbanos* ocorre na prática, tendo como principal objetivo partir do olhar de quem habita essa realidade no cotidiano.

Foto 1. As mulheres na fotografia abaixo fazem parte da Associação Paulo Freire. Nesta foto, estavam em um ato, reivindicando o início da obra:



Antes de começar nossa obra a gente fez muita atividade para conseguir começar. Foi uma obra muito difícil em termos de negociação com o poder público, então fizemos muitas atividades e as companheiras todas estavam (ENTREVISTADA 1, 2023).

Em muitos dos relatos colhidos durante o processo de pesquisa participativa, as participantes relataram a dificuldade de negociação com o poder público e a burocracia imposta por diversas vezes. Como apontado por Maricato (2015), o condicionamento do Estado aos interesses do capital reforça o padrão totalizante das tomadas de decisões e beneficia a produção do espaço pautada na lógica hegemônica e dos grandes capitais. Tanto a burocracia exacerbada quanto a demora nas negociações podem ser encaradas como estratégias de desmotivação e enfraquecimento do movimento.

Era um momento em que a gente estava se descobrindo enquanto mulheres fazendo a luta, de ir para a rua, de entender o que era o movimento, mas também de nós enquanto mulher, por que a gente está tão acostumada com o papel da mulher em casa e aí a gente indo pra rua, descobrindo que precisamos fazer essa luta, a gente se descobre enquanto mulheres que fazem a diferença mesmo (ENTREVISTADA 1, 2023)

Aí eu era uma mulher que estava adquirindo uma força muito grande por que nós sozinhos não temos tanta força para tentar algo, mas quando nos juntamos, nós criamos uma força tão grande e acreditamos que aquilo vai acontecer por que estamos juntas (ENTREVISTADA 4, 2023).

Os relatos acima evidenciam discussões abordadas por este trabalho acerca da autorreflexão e do reconhecimento individual e coletivo (RIBEIRO, 2020). Estão presentes na pedagogia da libertação freiriana e no conceito proposto por Ribeiro (2020) de “lugar de fala”. A percepção dessas mulheres com relação ao seu papel, por meio da participação no movimento e nessas reivindicações, eleva a conscientização do seu *locus social*. A percepção da sua “força”, como colocado no relato acima, só é possível pelo processo de descolonização do pensamento, da reflexão coletiva possibilitada pela identificação entre os sujeitos. Retomando o ponto de vista de Tonucci (2020, p.380), a produção do *comum* se faz, nesse sentido, a partir do momento em que essas mulheres puderam compreender a importância de seu papel individual na luta coletiva, re combinando diversos aspectos da vida separados pela divisão social e aproximando o pessoal do político. Assim, os sujeitos podem protagonizar a transformação da vida cotidiana por meio de ações cooperativas e compartilhadas.

Foto 2. A foto abaixo foi produzida no dia da ocupação do terreno em que o conjunto Paulo Freire seria construído. Na foto, está registrado o momento do abraço coletivo das famílias que faziam parte da associação em torno do terreno:



Esse foi o dia mais feliz da minha vida, por que eu pensei “agora tenho um terreno” (ENTREVISTADA 4, 2023)

Trata-se de uma foto simbólica pois retrata o abraço coletivo do dia da ocupação do terreno, mediado pelas palavras de Evaniza Rodrigues, liderança do Movimento Sem Terra Leste 1, na época, “ninguém solta a mão de ninguém” e seguido por um discurso sobre a conquista daquela terra e a sua importância na luta de cada uma daquelas famílias. Nesse dia, Evaniza sugeriu que cada um pegasse uma pedra desse terreno, segurasse e dissesse “aqui será a minha morada, aqui será o meu lar” (ENTREVISTADA 4, 2023).

“Ninguém solta a mão de ninguém”. Durante o cenário político recente, marcado pelo autoritarismo e por discursos de ódio, essa frase se tornou uma espécie de “*slogan*” da esquerda, especialmente nas redes sociais, como forma de resistência às diversas políticas discriminatórias impostas pelo governo. Ao ouvir o relato que acompanha essa foto, foi possível resgatar diversos momentos em que essa frase foi evocada. No entanto, apesar da importância da internet nos processos de luta atualmente, não se pode negligenciar a superficialidade com que muitos assuntos são discutidos e a falta de capacidade reflexiva imposta pela era midiática, como explorado mais profundamente por Subirats (2010). Não se pretende aprofundar essa discussão aqui, mas reforçar a importância da vivência na construção de uma consciência e da emancipação coletiva. Na foto acima, veem-se

mãos dadas, literalmente. A partir dos relatos colocados em todos os encontros e entrevistas é possível concluir que a experiência do mutirão, de maneira geral, segue esse caráter de união e trabalho durante todo o processo.

Foto 3. A seguinte foto foi tirada no período final da obra, em um dia em que as famílias se reuniram para dar início ao paisagismo do conjunto:



Esse foi um dia muito legal. Todo mundo trouxe as plantas que tinha em casa. A Bia e o José vendo o que podia ou não plantar. Foi um dia de finalização (ENTREVISTADA 1, 2023)

Essa foto traz um sentimento de conquista e de que valeu a pena a luta. É um dia de celebrar nossa conquista, de finalizar um trabalho que não foi fácil. É uma festa nossa individual (ENTREVISTADA 1, 2023)

Quando eu escolhi essa foto, eu vi alegria. Nesse dia tinha muitas crianças, muitas mulheres e eles estavam decorando o mutirão com flores. Os homens estavam arrumando a parte elétrica. Eram os preparativos para a nossa festa de inauguração da Paulo Freire (ENTREVISTADA 4, 2023)

Essa foto é simbólica e diversos aspectos dela podem ser explorados. Depois de tantos anos de luta e obras, é perceptível tanto pelos relatos quanto pela imagem em si a importância dada à

finalização e a essa etapa de humanização do espaço. As plantas representam esse signo de transição de um canteiro para um lar, tanto por serem vida (literalmente), quanto por serem mudas que foram trazidas das casas de cada família para serem plantadas no espaço que dará início a uma nova fase na vida de cada um. É a concretização do trabalho de cada mutirante que colocou sua mão nessa obra coletiva e na produção horizontal desse espaço.

A foto acima e as seguintes ilustram a prática do fazer-comum no sentido apontado por Tonucci (2020) sob a perspectiva de Lefebvriana, visto que possuem características dos três conceitos explorados pelo filósofo: **uso**, **apropriação** e **autogestão**. O espaço produzido se caracteriza enquanto a *segunda natureza* ao ressignificar a o espaço primeiro da natureza a partir da autogestão e do olhar voltado ao valor de uso. Todo o processo envolve uma lógica oposta à lógica capitalista, aqui baseada no valor de uso a partir da **apropriação**, em oposição ao valor de troca associado à **propriedade privada**. Essa circunstância exalta o poder criativo próprio de todos os sujeitos integrantes na direção da produção de processos que resultam em obras coletivas (não priorizando tão somente os produtos).

Foto 4. As varandas e seu papel no convívio:



Essa é uma foto linda. Todos que visitam a Paulo Freire falam que não parece um prédio residencial, parece um

hotel. Foi o mutirão mais lindo que a gente fez. Eu sinto muito orgulho quando olho essas fotos e quando penso como eu consegui, como eu fiz parte dessa construção. Isso foi o trabalho de cem família, 70% por mãos de mulheres, trabalhadoras e que não desistiram (ENTREVISTADA 4, 2023)

O movimento sempre leva as famílias para conhecer a construção de outros mutirões. Quando meu grupo de origem foi visitar a obra da Fazenda da Juta e eu vi senhoras de idade trabalhando com inchada, eu pensei “meu Deus, se essas senhoras podem, eu posso também”. Isso que me deu mais força de dizer “eu vou trabalhar também e vou construir minha casa”. Durante a construção da moradia, tivemos uma construção da nossa vida pessoal para melhor (ENTREVISTADA 4, 2023)

Essas varandas simbolizam o nosso ponto de encontro. A gente sempre se encontra nas varandas para celebrar, bater perna, fofocar, para falar da luta. Essas varandas têm história (ENTREVISTADA 3, 2023)

O espaço reflete o processo. O poder criativo de cada sujeito que faz parte do mutirão está impresso nele. E por essa razão, os espaços contam histórias. Sejam as varandas, ou as áreas comuns, ou até mesmo o espaço privado de cada apartamento. Essa natureza modificada, assim como defendido por Gregotti (1975), revela as camadas de história do processo como um todo. O mutirão, enquanto figura, comunica e revela subjetividades intrínsecas de cada família que compõe aquela associação. Por essa razão, cada mutirão é único, ou seja: **obra** (LEFEBVRE, 1969). Ao contrário do caráter homogeneizador que outros projetos habitacionais que atendem majoritariamente aos interesses do capital financeiro imobiliário, feitos “de cima para baixo” e pensados para serem reproduzidos, como um “projeto de massa”, limitador da possibilidade do habitar e da capacidade criadora.

Foto 5. A foto abaixo, mais recente, foi tirada em um final de semana na Paulo Freire. Os moradores se uniram para arrecadar verba para locar brinquedos para as crianças da Associação:



Eu achei interessante de mostrar que a gente entende a importância do processo coletivo e a força do coletivo e isso segue para a vida. Difícilmente você vai ver em um outro condomínio um grupo que vai se reunir para um momento de lazer onde, independente de quem contribuiu ou não, tem o direito de participar. Eu acho essa foto bem simbólica desse nosso processo do coletivo que a gente leva para a vida (ENTREVISTADA 3, 2023)

**“Tem muita criança na Paulo Freire”
(ENTREVISTADA 4, 2023).**

“Os nossos filhos cresceram, mas aí vieram os netos e os filhos dos outros filhos. Então aqui está sempre se renovando” (ENTREVISTADA 3, 2023).

Sempre que você chegar aqui você vai ver esse espaço cheio de criança e adolescente. É um condomínio muito festeiro. As varandas também têm essa questão de que se faz os churrascos, se faz festa. Então de sábado e domingo você anda pelo condomínio, cada varanda tem alguém celebrando alguma coisa, as vezes celebrando a vida. Tem essa questão da alegria mesmo. Final de semana é uma festa (ENTREVISTADA 3, 2023)

“Como a Evaniza sempre fala, a gente gosta muito de festa. E no movimento, tem os momentos da luta e sempre que a gente tem uma pequena conquista, talvez por que seja tão difícil a gente conquistar as coisas, é um motivo de celebrar e de se encontrar” (ENTREVISTADA 3, 2023).

Sob a ótica brasileira, conforme já explorado anteriormente, a desigualdade social não se caracteriza enquanto uma consequência direta da industrialização ou ainda da urbanização e do planejamento moderno. A formação das nossas cidades traz consigo essa característica desde seu princípio, ainda mais quando associada a questões de raça e gênero, uma vez que o processo de colonização forjou o caráter desigual e opressor de produção do território. No entanto, a expressão cultural e as manifestações artísticas nas periferias e territórios marginalizados sempre estiveram presentes como forma de resistência. É nesse contexto que manifestações como o samba, o RAP, o funk e outros são tidos como linguagens de expressão características de minorias marginalizadas. A noção de festa, apontada por Lefebvre (1969) como origem da urbanidade, pode ser usada para descrever essa questão. Durante os encontros com as entrevistadas, diversas situações de celebração, encontro, festa e descontração foram mencionadas. Esse aspecto é fundamental para a construção da vida cotidiana. Esse consumo “improdutivo” de riquezas gerado pela festa, como define Lefebvre (1969), aponta para um importante posicionamento que desloca o tempo dos trabalhadores da produção do capital para a apropriação do espaço e da obra produzidos por eles mesmos, permitindo seu reconhecimento e um habitar descolonizado.

*Podemos sorrir, nada mais nos impede
Não dá pra fugir dessa coisa de pele
Sentida por nós, desatando os nós
Sabemos agora, nem tudo que é bom vem de fora*

*É a nossa canção pelas ruas e bares, que
Nos traz a razão, lembrando Palmares
Foi bom insistir, compor e ouvir
Resiste quem pode à força dos nossos pagodes*

*E o samba se faz, prisioneiro pacato dos nossos tantãs
E um banjo liberta da garganta do povo as suas emoções
Alimentando muito mais a cabeça de um compositor
Eterno reduto de paz, nascente das várias feições do amor*

*Arte popular do nosso chão
É o povo que produz o show e assina a direção*

(Coisa de pele – Jorge Aragão e Acyr Cruz, 1986)

3.3 Possibilidades de construção de uma agenda territorial feminista

Durante o “encontro” do dia 11 de setembro de 2023, além da oficina de *photovoice*, foi proposto para as participantes que refletissem sobre qual seu papel no movimento atualmente e como seria possível construir uma agenda territorial feminista a partir de sua experiência no cotidiano.

O estudo realizado até aqui abre margem para diversas reflexões acerca do papel feminino na luta diária e constante pelo direito à cidade. Pensar uma agenda territorial feminista não é um desafio fácil, mas ao analisar os exemplos abarcados podemos acreditar que seja, em alguma medida, possível.

Das mulheres entrevistadas por este trabalho, muitas relataram situações de abuso e violência sofridas em seu cotidiano, as quais foram capazes de sair especialmente pelo convívio e troca com outras mulheres dentro do movimento por moradia. Muitas violências que as atravessavam no dia a dia eram sequer percebidas e esse despertar pôde fundar nelas uma nova postura, mais combativa. Todas se definiram enquanto mulheres feministas. Feministas por que acreditam que as mulheres devem ter espaço e voz em qualquer espaço que estejam, que devem ser respeitadas enquanto mulheres, mas principalmente enquanto sujeitos.

Esse é o trabalho de base que o movimento feminista deve fazer: a troca. A identificação com o outro (ou a outra) é capaz de criar um elo fundamental de conscientização, antes de qualquer teoria. A apropriação deve partir, em primeiro lugar, de si mesmo. Apropriar-se de quem é, com todas suas subjetividades e contextos é muito poderoso. E, assim como explorado por Lefebvre (*apud* TONUCCI, 2020), somente a vida cotidiana pode aflorar essa capacidade.

Todos os exemplos e relatos citados aqui têm no coletivo a força que torna possível realizar algum tipo de mudança. Ao serem questionadas sobre qual seu papel na construção dessa agenda, algumas das reflexões deixadas foram:

Sempre você vai dar de frente com uma mulher que anda de cabeça baixa por que ela tem vergonha de olhar para você de frente. Então o nosso papel é auxiliar essas mulheres que são ‘judiadas’ a nunca abaixarem a cabeça e seguirem lutando. Vamos ajudar as mulheres a andar de cabeça erguida [...] eu já passei por problemas e foram essas mulheres que me fizeram entender que eu estava sendo usada e que eu tinha que levantar a cabeça e ir à luta e foi o que eu fiz. Alguém me estendeu a mão e hoje eu estou com a mão estendida para qualquer uma delas que me procurar (ENTREVISTADA 4, 2023)

Perseverar na nossa luta. Todas as conquistas que tivemos foi através da nossa organização e da força do coletivo. Muitas de nós não sabemos e não conhecemos os nossos direitos e isso faz muita diferença. É muito importante o lugar da acolhida e da escuta, e da informação (ENTREVISTADA 3, 2023)

Nosso papel é de tentar divulgar e estar preparada para acolher essas mulheres. Os homens estão num lugar que é deles naturalmente. É uma luta diária de conquistar o que é nosso e precisamos estar preparadas para se fortalecer enquanto coletivo, mas também de entender o individual (ENTREVISTADA 1, 2023)

Por essa razão, é fundamental que o trabalho não se encerre em si. Enquanto houver desigualdade (social, de gênero, de raça etc.) é preciso que o ciclo de emancipação coletiva se reforce. Dessa forma, o meio acadêmico só pode contribuir, verdadeiramente, portanto, se for em conjunto com a base e se a informação não se restringir ao ambiente da pesquisa, tendo como exemplo essas experiências de ação direta no território, reforçadas, principalmente, pela *práxis*.

Considerações finais

A produção do espaço pautada na autogestão aponta para um caminho possível de reavivamento do valor de uso nas cidades e para a construção de *comuns urbanos*. A cidade, enquanto centro de disputas e conflitos, revela também um caráter potencializador de encontros e convergências de ideias, pautado no coletivo e no cotidiano da vida urbana. A autogestão, enquanto uma ação “de baixo para cima”, atua como enfrentamento dos modelos hegemônicos ao colocar o sujeito como protagonista dessa construção. Embora a estrutura capitalista não seja totalmente rompida por esses processos insurgentes, eles representam uma forma de coexistir no capitalismo, ocupando um papel combativo de oposição e luta pelo direito à cidade conforme defendido por Lefebvre (1979).

A autogestão, exatamente por proporcionar uma quebra de padrões, tornou-se o principal modo de ação dos movimentos sociais desde sua organização, conforme abordado no primeiro capítulo. Nesse sentido, enquanto uma prática contra-hegemônica, a autogestão se configura como um meio de resistência, mas não deve assumir um papel de modelo, visto o caráter autoritário que os modelos acabam por impor nas estratégias de produção do espaço. Faz parte de sua natureza, portanto, aceitar e absorver contradições e subjetividades, sempre adaptadas à prática de cada lugar, a partir do habitar de cada sujeito. Isso significa que somente por meio da *práxis*, atuada no dia a dia do movimento é possível, conforme esta pesquisa apontou, sugerir uma força de ação que faça sentido para um grupo em determinado contexto e determinado lugar.

Nesse sentido, a relação entre vivência, prática e reflexão (não necessariamente seguindo essa lógica linear, pois os momentos se intercalam e se invertem no cotidiano) possibilita construir um processo vivo em direção a resultados pautados em um coletivo descolonizado, que leva em consideração subjetividades próprias também do individual, ao contrário do “falso coletivo” imposto por processos homogeneizadores de massa.

O senso de coletividade que surge no seio do movimento colabora diretamente para um processo de autorreflexão e desalienação. Os exemplos aqui abarcados ilustram a construção de uma consciência individual e comum a partir da *práxis* e da identificação entre os sujeitos, seus contextos e lutas. A vida cotidiana, conforme debatido por Lefebvre

(*apud* TONUCCI, 2020), é essencial para essa nova consciência, pois somente por meio dela é que se torna possível estabelecer essas trocas. A noção de autorreflexão e autodenificação, conforme abordada por Ribeiro (2020), pode ser percebida nos relatos obtidos por esta pesquisa e indica um caminho na direção daquilo que Lefebvre (1969) defende enquanto capacidade criadora do sujeito a fim de produzir um espaço pautado no vivido e no habitar, que só é possível por meio da conscientização do *locus social* desses sujeitos e da **apropriação** do seu lugar de fala na construção de uma agenda emancipatória.

O papel da mulher na luta pelo direito à cidade – já reconhecido enquanto central e organizativo – desempenha uma função essencial de **apropriação do seu lugar de fala** (RIBEIRO, 2020) no cerne do movimento. Embora a luta por sobrevivência abarque os indivíduos como um todo, existem opressões somadas que somente sob a perspectiva feminina – e feminista – podem ser desconstruídas e combatidas. Conforme já apontado anteriormente, nem toda inserção de mulheres nos movimentos de luta por moradia advém de um ideal feminista, mas pode-se afirmar, com base nos relatos colhidos por esta pesquisa, que a manutenção dessas mulheres no cotidiano de luta as transforma em feministas, conforme uma posição ideológica. É desse modo que a potência de sua inserção no dia a dia e na vida de outras mulheres é percebida e refletida. O diálogo entre mulheres, nesse sentido, aponta para sua emancipação.

As reflexões aqui reunidas pretendem motivar uma discussão tanto no campo teórico-crítico, quanto no campo de ações propositivas, em busca de novas formas de produzir arquitetura e cidade, novos modos de vida nas cidades, em concomitância com novas formas de sociabilidade, de cooperação, no fortalecimento de espaços de convivência comunitária, mediados por processos de escuta, de fortalecimento do diálogo, de trocas de visões plurais que tenham uma gramática comum, ao redor do comum.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Maria José de. Verticalização de favelas em São Paulo: balanço de uma experiência (1989 a 2004). 2006. 311 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALVES, Yossonale Viana; AZEVEDO, Marcio Adriano de. A BIOPOLÍTICA DE MICHEL FOUCAULT: controle do indivíduo e da sociedade. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 30, p. 1-22, 9 abr. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n30id19998>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/19998/13992>. Acesso em: 12 jul. 23

AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder: Da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2011. Disponível em: https://www.fabex.edu.br/acervo_digital/eb2.pdf. Acesso em: 20 abril 2021.

BONDUKI, Nabil. **Habitação & Autogestão: Construindo territórios de utopia**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

_____. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: FAPESP/Estação Liberdade, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. In: ESTUDOS AVANÇADOS 23. 2009, p. 303-314.

_____. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. *Revista Direito e Práxis* [online]. 2020, v. 11, n. 01 [Acessado 5 Outubro 2022], pp. 349-369. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>>. Epub 20 Mar 2020. ISSN 2179-8966. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48199>.

CÚNICO, Sabrina D.; ARPINI, Dorian M. (2014, agosto) Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família In: Revista Aletheia, p. 43-44.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.** Stanford, 1991. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023

FEDERICI, Silvia. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. In MORENO, Renata (org.). **Feminismo, economia e política.** São Paulo: SOF, 2014.

FERRO, Sérgio. Nota sobre a Usina. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). **Usina: entre o projeto e o canteiro.** São Paulo: Edições Aurora, 2015. p. 90-92. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/121339/mod_resource/content/1/Foucault_Aula%2021%20mar%C3%A7o%201979.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GREGOTTI, Vittorio. **Território da Arquitetura.** 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. Tradução de: Berta Waldman-Villá e Joan Villá.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLSTON, J. Espaços de Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,** Brasília, n. 24, p. 243-253, 1996.

JESUS, Maria Carolina. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** 10 ed. São Paulo: Ática, 2014. Disponível em: <https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/pde/arquivos/1623677495235~Quarto%20de%20Despejo%20-%20Maria%20Carolina%20de%20Jesus.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2023.

KOWARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006. Disponível em: https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In: ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003, p. 151-17.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. Ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo. *Arq.Urb*, São Paulo, n. 23, p. 170-184, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/issue/view/4/2>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MARTIN, Reinhold. Public and Common (s):exploring the philosophical understandings of the terms, from Arendt and Habermas to Hardt and Negri. In: *Places Journal*, January 2013. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/public-and-commons/?cn-reloaded=1> Acesso em 05/10/2022.

MORAES, Alana. Antes e depois das paredes: o comum urbano entre mulheres sem-teto na periferia de São Paulo. *Arq.Urb*, São Paulo, n. 23, p. 64-81, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/issue/view/4/2>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MORENO, Renata; VIUDES, Taís. A centralidade da autonomia econômica para as mulheres. In: *CARTILHAS SEMPREVIVA* (org.). *Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: Sof Sempreviva Organização Feminista, 2012. p. 23-29. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Perspectivasfeministasparaigualdade.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a Arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac & Naify, 2006. Cap. 7. p. 371- 376.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2020.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Evaniza Lopes. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.16.2013.tde-10062013-181616. Acesso em: 2023-08-16.

RODRIGUES, Soraya. Casa própria ou apropriada? duas abordagens: o FUNAPS Comunitário e o Projeto Cingapura. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, University of São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.16.2006.tde-24042007-144152. Acesso em: 2022-10-24.

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 17, n. 4, p. 121-143, 1990.

SILVA, Phillipe. C. S. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. *Gênero & Direito*, v. 3, n. 1, 16 maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/18571/10638>. Acesso em: 10 nov. 2020.

SUBIRATS, Eduardo. **A existência sitiada**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade**: uma trajetória conceitual. Novos estudos CEBRAP. 2016.

TONE, Beatriz Bezerra. **São Paulo, século XXI**: valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.16.2016.tde-08032016-170640. Acesso em: 2022-09-22.

TONUCCI, João. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. In: *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 01, 2020. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/48273>,
Acesso em maio de 2022.

TRAD, L. A. B. . Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, p. 777–796, 2009.

VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora, 2016. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. **Mutirão Paulo Freire**: movimento popular, arquitetura e pedagogia da práxis. In: VILAÇA, Ícaro; CONSTANTE, Paula (org.). **Usina**: entre o projeto e o canteiro. São Paula: Edições Aurora, 2015. p. 106-136. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/LivroGrupoUsina.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Wang CC, Burris MA. Photovoice: concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Educ. Behavior* 1997; 24(3):369-387

Anexos e Apêndices

Apêndice A: Roteiros para entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista dirigido a representantes e lideranças do Movimento Leste 1

Identificação do(a) participante:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Cargo/função:

1. Há quanto tempo você atua no Movimento Leste 1?
2. De que maneira o movimento se organiza?
3. Com qual frequência e onde acontecem os(as) encontros/ações/reuniões? Quais os principais temas abordados?
4. Como se dá a ação do Movimento nos três níveis (municipal, estadual e federal)?
5. Quais são os critérios de escolha da Assessoria Técnica em um projeto autogerido?
6. Como você classifica a importância da participação feminina na luta por moradia?
7. Qual a importância da luta na vida das mulheres inseridas no movimento? Qual a importância da luta na sua vida?
8. De que maneira a autogestão auxilia nos processos de emancipação dentro do movimento de luta por moradia?
9. Como foi a experiência do Mutirão Paulo Freire?
10. Você se considera feminista?

Roteiro de entrevista dirigido a mutirantes e lideranças do Mutirão Paulo Freire

Identificação do(a) participante:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Profissão:

1. Como foi sua experiência no Mutirão Paulo Freire?
2. Antes do Mutirão Paulo Freire, você fazia parte de algum movimento de luta por moradia?
3. Já tinha feito parte de outras experiências de autogestão?
4. O que te motivou a fazer parte dessa experiência?
5. Como você classifica a participação feminina em todo processo do Mutirão Paulo Freire?
6. Qual a importância da experiência do Mutirão Paulo Freire na vida das mulheres que fizeram parte? Qual a importância da luta na sua vida?
7. O que você entende por “Direito à cidade”?
8. Quais mudanças o Mutirão trouxe para sua vida e das famílias que participaram?
9. Você ainda faz parte da militância por direito à moradia e cidade atualmente?
10. Você se considera feminista?

Roteiro de entrevista dirigido a arquiteta(o)s do Mutirão Paulo Freire

Identificação do(a) participante:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Cargo/função:

1. Como foi sua experiência no Mutirão Paulo Freire?
2. Há quanto tempo você atua/atuava na Usina? Se não atua mais, qual atividade exerce no momento atual?
3. Qual a importância da autogestão enquanto processo projetual?
4. Como você classifica a participação feminina em todo processo do Mutirão Paulo Freire?
5. Qual a importância da experiência do Mutirão Paulo Freire na vida das mulheres que fizeram parte?
6. Como você enxerga a questão de gênero nos canteiros de obra? É possível relacionar a questão de gênero com a condição hierárquica dos trabalhos no canteiro?
7. Quais as diferenças entre um canteiro de obra tradicional e um canteiro autogerido?
8. Quais mudanças o Mutirão trouxe para a vida das famílias que participaram?
9. A Usina mantém contato com as organizações dos mutirões finalizados?
10. Você se considera feminista?

Roteiro de entrevista dirigido a integrantes e lideranças de coletivos/iniciativas femininas e feministas

Identificação do(a) participante:

Nome:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Profissão:

1. Há quanto tempo você está no movimento de luta por moradia?
2. O que você entende por “Direito à cidade”?
3. Qual a importância de iniciativas autogeridas no território?
4. O que te motivou a criar/fazer parte dessa iniciativa?
5. De que maneira o grupo se organiza?
6. Como você classifica a importância da participação feminina na luta por moradia?
7. Qual a importância da luta na vida das mulheres inseridas no movimento? Qual a importância da luta na sua vida?
8. Quais os principais objetivos dessa iniciativa?
9. De que maneira essa iniciativa auxilia na emancipação das mulheres que fazem parte dela?
10. Você se considera feminista?

Apêndice B: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Lideranças e representantes do Movimento Leste 1; mutirantes e lideranças do Mutirão Paulo Freire; integrantes e lideranças de coletivos/iniciativas femininas e feministas)

Universidade São Judas Tadeu - Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu

Curso: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Aluno: Nathalia de Oliva Silva

Orientadora: Professora Doutora Eneida de Almeida

Eu _____, portador(a) do RG _____, estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “*Perspectivas femininas e feministas: a construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na zona leste de São Paulo*”, do Programa de Pós-graduação stricto sensu da Universidade São Judas Tadeu.

A pesquisa tem por **objetivos** identificar, analisar e mapear a participação feminina em movimentos de luta por moradia como formas de empoderamento e emancipação individual e coletiva por meio de iniciativas autogeridas.

Procedimentos metodológicos: A minha participação nesta pesquisa será participando de uma entrevista elaborada com um roteiro de questões abertas e fechadas, na qual poderei relatar meu cotidiano no movimento de luta por moradia e suas implicações relacionadas a gênero; a organização do movimento e, caso eu tenha participado do Mutirão Paulo Freire, serei convidado(a) a relatar minha experiência. Além disso, participarei de uma oficina de “*photovoice*” na qual retratarei algum aspecto de meu cotidiano a partir de um tema pré-definido conjuntamente.

Possíveis benefícios: Dentre os benefícios da pesquisa, espera-se promover reflexões e trocas de conhecimentos por meio dos relatos obtidos, tendo em vista ampliar a consciência feminina com relação ao seu papel na sociedade. Pretende-se desenvolver, portanto, a partir dos dados produzidos, materiais de natureza técnica e educativa voltados a mulheres em situações de vulnerabilidade como forma de possibilitar que novas ações propositivas e autogeridas façam parte da produção da cidade e da arquitetura,

contribuindo para a emancipação individual e coletiva dessas mulheres a partir de novas formas de cooperação, sociabilidade e enfrentamento da realidade baseadas na autorreflexão.

Possíveis riscos: durante a participação na entrevista há riscos mínimos de constrangimento pessoal e/ou desconforto ao responder as questões propostas. Porém, precauções nesse sentido procuraram ser evitadas, desde à formulação das questões, como também pela garantia de sigilo dos participantes

Assim, declaro que fui informado(a) que os dados colhidos serão tratados com sigilo, os participantes não serão identificados, seus nomes e/ou imagem serão preservadas, assim como que terei acesso aos resultados da pesquisa.

Estou ciente que posso desistir a qualquer momento dessa pesquisa, independente da fase da sua realização ou até mesmo retirar o meu consentimento quando assim o desejar, sem justificativa prévia ou qualquer prejuízo dos benefícios dessa atividade.

Caso necessite de qualquer esclarecimento você pode entrar em contato com os pesquisadores Nathalia de Oliva Silva (email: nathaliasilva.2295@aluno.saojudas.br) ou Eneida de Almeida (email: eneida.almeida@saojudas.br); ou junto ao Comitê de Ética da Universidade São Judas Tadeu (email: cep@saojudas.br), (Telefone: 11 - 2799-1950).

Ciente da minha participação, fui orientado(a) que não terei compromisso financeiro, seja para receber ou efetuar qualquer pagamento. Fui também orientado(a) quanto ao conteúdo de tudo aqui mencionado e compreendo a natureza e objetivo desse estudo e, ao manifestar meu livre consentimento em participar, receberei uma via deste TCLE.

A pesquisa será realizada de acordo com os requisitos da Resolução CNS N° 466/2012 e de suas complementares.

São Paulo, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

RG:



Prof. Dra. Eneida de Almeida

RG:

Nathalia de Oliva Silva

RG:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Arquiteta(o)s do Mutirão Paulo Freire)

Universidade São Judas Tadeu - Pesquisa e Pós-graduação Stricto Sensu

Curso: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

Aluno: Nathalia de Oliva Silva

Orientadora: Professora Doutora Eneida de Almeida

Eu _____, portador(a) do RG _____, estou sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “*Perspectivas femininas e feministas: a construção de comuns urbanos nos movimentos de moradia na zona leste de São Paulo*”, do Programa de Pós-graduação stricto sensu da Universidade São Judas Tadeu.

A pesquisa tem por **objetivos** identificar, analisar e mapear a participação feminina em movimentos de luta por moradia como formas de empoderamento e emancipação individual e coletiva por meio de iniciativas autogeridas.

Procedimentos metodológicos: A minha participação nesta pesquisa será participando de uma entrevista elaborada com um roteiro de questões abertas e fechadas, na qual poderei relatar meu cotidiano no movimento de luta por moradia e suas implicações relacionadas a gênero; a organização do movimento e, caso eu tenha participado do Mutirão Paulo Freire, serei convidado(a) a relatar minha experiência.

Possíveis benefícios: Dentre os benefícios da pesquisa, espera-se promover reflexões e trocas de conhecimentos por meio dos relatos obtidos, tendo em vista ampliar a consciência feminina com relação ao seu papel na sociedade. Pretende-se desenvolver, portanto, a partir dos dados produzidos, materiais de natureza técnica e educativa voltados a mulheres em situações de vulnerabilidade como forma de possibilitar que novas ações propositivas e autogeridas façam parte da produção da cidade e da arquitetura, contribuindo para a emancipação individual e coletiva dessas mulheres a partir de novas formas de cooperação, sociabilidade e enfrentamento da realidade baseadas na autorreflexão.

Possíveis riscos: durante a participação na entrevista há riscos mínimos de constrangimento pessoal e/ou desconforto ao responder as questões propostas. Porém, precauções nesse sentido procuraram ser evitadas, desde à formulação das questões, como também pela garantia de sigilo dos participantes

Assim, declaro que fui informado(a) que os dados colhidos serão tratados com sigilo, os participantes não serão identificados, seus nomes e/ou imagem serão preservadas, assim como que terei acesso aos resultados da pesquisa.

Estou ciente que posso desistir a qualquer momento dessa pesquisa, independente da fase da sua realização ou até mesmo retirar o meu consentimento quando assim o desejar, sem justificativa prévia ou qualquer prejuízo dos benefícios dessa atividade.

Caso necessite de qualquer esclarecimento você pode entrar em contato com os pesquisadores Nathalia de Oliva Silva (email: nathaliasilva.2295@aluno.saojudas.br) ou Eneida de Almeida (email: eneida.almeida@saojudas.br); ou junto ao Comitê de Ética da Universidade São Judas Tadeu (email: cep@saojudas.br), (Telefone: 11 - 2799-1950).

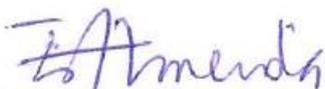
Ciente da minha participação, fui orientado(a) que não terei compromisso financeiro, seja para receber ou efetuar qualquer pagamento. Fui também orientado(a) quanto ao conteúdo de tudo aqui mencionado e compreendo a natureza e objetivo desse estudo e, ao manifestar meu livre consentimento em participar, receberei uma via deste TCLE.

A pesquisa será realizada de acordo com os requisitos da Resolução CNS Nº 466/2012 e de suas complementares.

São Paulo, ____/____/____

Assinatura do participante da pesquisa

RG:



Nathalia de Oliva Silva

RG:

Prof. Dra. Eneida de Almeida

RG: